



**ISBRE**  
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR



**Relatório Anual**  
**2017**

# FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - ISBRE

## RELATÓRIO ANUAL DE 2017

### **CONSELHO DELIBERATIVO EM 31/12/2017**

Tarcísio Jaime Herdt – Presidente  
André Lopes Falcão  
Lisiane M. Astarita de Limas  
Marisa Marques de Toledo Camargo Barroso Magno  
Werner Tschoeke

### **CONSELHO FISCAL EM 31/12/2017**

#### **Titulares**

Thaís Paola Grandi - Presidente  
Fabiano Meassi  
Leonir Maria Pizzato Reis  
Nivaldo Presalino Vieira

#### **Suplentes**

Claiton Eveir Schmidt  
Gustavo Trombini Orsolin  
Rafael Carneiro Abrahão  
Vitória Almeida Lunardelli

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

Argus Ruy Guex de Oliveira – posse em 07/12/2017  
Diretor Presidente, Administrativo e de Previdência

Mauro Rosito D´Avila – mandato até 30/11/2017  
Diretor Presidente, Administrativo e de Previdência

Luiz Rogério Isotton  
Diretor Financeiro e de Investimentos

**Relatório publicado em 30/04/2018**

**Senhores Participantes e Beneficiários do ISBRE e Senhores Administradores do Patrocinador BRDE**

Em obediência às disposições estatutárias, às melhores práticas de Governança e ao dever de ofício de prestar contas e dar publicidade a seus atos, a Diretoria Executiva da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE traz ao conhecimento de V.Sas. o Relatório Anual de Informações relativo ao exercício de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e dos Planos de Benefícios I e II e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, os Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios, o Relatório do Auditor

Independente, e os pareceres do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Informamos que o ISBRE também disponibiliza uma versão resumida do relatório anual no site da Fundação, na área de acesso restrito a seus participantes e assistidos, destacando de forma simples e objetiva os principais resultados alcançados, bem como as informações mais relevantes relativas aos seus Planos de Benefícios.

**MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**ISBRE – 40 anos de história**

Em 2017, o ISBRE comemorou os seus 40 anos, passando a adotar uma nova identidade visual e disponibilizando um novo site aos seus participantes.



**Governança Corporativa**

Durante o exercício de 2017, o ISBRE teve alterada a composição do seu Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e de sua Diretoria Executiva. Em 29 de março de 2017, tomaram posse no Conselho Deliberativo, como representantes do Patrocinador BRDE, os colegas participantes Lisiane Maldaner Astarita de Limas e Tarcísio Jaime Herdt e, como representante eleito dos Participantes, o colega Robinson Luis Sartori. Em novas eleições realizadas por motivo de vacância no Conselho Deliberativo, foram eleitos como representantes dos Participantes os colegas Marisa

Marques de Toledo Camargo Barroso Magno e Werner Tschoeke, os quais tomaram posse em 11 de julho e 14 de setembro, respectivamente. Em 05 de dezembro, tomou posse no Conselho Fiscal, como representante do Patrocinador BRDE, o colega Nivaldo Presalino Vieira.

Em 07 de dezembro de 2017, também tomou posse, como Diretor Presidente, Administrativo e de Previdência da Fundação, o colega assistido Argus Ruy Gux de Oliveira, com mandato até fevereiro de 2021.

Ainda do ponto de vista da governança corporativa, o ISBRE concluiu o projeto de Mapeamento de Processos iniciado em dezembro de 2016, e promoveu, em dezembro de 2017, uma nova edição do Seminário de Conselheiros, que visou o aprimoramento e o nivelamento de conhecimentos relacionados à gestão atuarial e à governança corporativa.

**Conjuntura Macroeconômica e de Mercado**

No ano de 2017, a atividade econômica das economias desenvolvidas continuou a trajetória de recuperação iniciada no segundo semestre de 2016, com a expansão se mostrando mais generalizada e sincronizada entre as principais regiões. A inflação, por sua vez, se manteve persistentemente abaixo das metas, o que alimentou a percepção de que o processo de normalização da política monetária se

daria de forma gradual, favorecendo um ambiente de liquidez abundante.

A economia americana apresentou crescimento de 2,5% no ano passado, ritmo superior ao potencial, que se situa próximo a 1,7% a.a. O mercado de trabalho também demonstrou robustez, com geração média de 200 mil vagas por mês, o que fez a taxa de desemprego convergir para nível próximo ao do pleno emprego. Contribuiu para esse desempenho o ambiente de condições financeiras, de crédito, preços de ativos e taxa de câmbio, excepcionalmente favoráveis. Neste contexto, o banco central americano (FED) elevou a taxa básica de juros em três ocasiões. Há que se considerar, entretanto, que a aprovação do pacote fiscal pelo governo Trump e a ascensão do protecionismo comercial têm aumentado a cautela dos agentes de mercado, em virtude dos seus potenciais efeitos inflacionários, elevando o risco de ocorrência de um ajuste mais rápido da taxa de juros por parte do FED, o que teria implicações importantes para a precificação de ativos de risco ao redor do mundo.

Na Europa, a atividade econômica também ganhou tração, mas se encontra em estágio anterior do ciclo econômico, quando comparado com a economia americana. A inflação se manteve em nível surpreendentemente baixo, o que fez o banco central europeu (BCE) postergar o seu programa de compra de títulos, da ordem de 30 bilhões de euros por mês, até setembro deste ano. No que diz respeito aos riscos, alguns pontos de atenção têm sido atentamente monitorados pelo mercado, dentre os quais se destacam: as negociações para a saída do Reino Unido da Comunidade Europeia (Brexit), a ascensão de partidos de extrema direita na região, bem como o impacto da apreciação do euro para o crescimento econômico do bloco.

A China surpreendeu ao apresentar atividade econômica mais resiliente do que esperado, apesar da imposição de políticas de crédito e ambientais mais restritivas pelo governo, que vem sinalizando que tem dado mais ênfase à qualidade crescimento do que às metas de crescimento. A atuação do governo no mercado de crédito contribuiu para a percepção de que diminuiu a probabilidade de ocorrência de novos eventos de crédito. Entretanto, a evolução de questões geopolíticas, envolvendo a Coreia do Norte,

bem como o acirramento de disputas comerciais com os EUA, têm sido crescente fonte de preocupação para os agentes econômicos.

No Brasil, o início do ano de 2017 foi marcado pela melhora de expectativas em relação à retomada do crescimento, com o governo Temer demonstrando força política e a equipe econômica revelando eficiência na condução da política econômica e na implementação de reformas. Entretanto, a necessidade de se defender de denúncias de corrupção tirou ímpeto do governo, que viu comprometida a sua capacidade de aprovação da reforma da previdência, mesmo tendo cedido em vários pontos da proposta original.

A atividade econômica mostrou sinais de recuperação, sendo beneficiada, do lado da oferta, pela excepcional safra agrícola, e, do lado da demanda, pela dinâmica do consumo, que foi sustentado pela melhora do balanço das famílias, pela liberação do FGTS e pelo efeito da queda da inflação sobre o salário real. A trajetória dos indicadores do mercado de trabalho, da atividade industrial e do mercado de crédito têm revelado, contudo, que a recuperação se mostra mais gradual do que o esperado. Tal cenário também é corroborado pelas expectativas em relação aos efeitos sobre a demanda agregada advindos da contenção de gastos do governo – devido a aprovação da regra do teto de gastos –, da lenta recuperação do investimento – haja vista a elevada ociosidade presente na economia e a conturbada cena política e eleitoral –, bem como em decorrência da reversão do efeito da queda da inflação sobre os salários reais.

O elevado nível de ociosidade presente na economia, que opera com hiato do produto próximo à 5%, e a deflação dos preços de alimentos, fizeram a inflação ao consumidor, medida pelo IPCA, acumular 2,9% no ano passado, situando-se abaixo do limite inferior da meta de inflação. Tal dinâmica inflacionária permitiu ao banco central dar continuidade ao ciclo de redução da taxa básica de juros, que encerrou o ano em 6,75% a.a., em patamar considerado estimulativo, em nível inferior à taxa de juros neutra, entendida como aquela sustentável no longo prazo sem a geração de inflação e/ou de desequilíbrios no balanço de pagamentos.

Cabe salientar, contudo, que a percepção dos agentes de mercado é de que a manutenção da taxa de juros

em patamar historicamente baixo está condicionada à consecução da estratégia gradualista de ajuste fiscal, que se mostra incompleto sem a reforma da previdência. De igual forma, o atual nível de preços de ativos só se justifica pela confiança do mercado na capacidade do governo de estabilizar a relação dívida/PIB no médio prazo, o que pressupõe a retomada da agenda de reformas pelo próximo governo.

Em termos de precificação de ativos, os índices de mercado que referenciam as principais classes de ativos de risco domésticos apresentaram ótimo desempenho no ano passado, refletindo a melhora das condições macroeconômicas e de mercado descritas acima. No mercado de taxas de juros, o IRF-M (Índice de Renda Fixa da Anbima), que referencia o desempenho dos títulos prefixados, acumulou rentabilidade de 15,20%, enquanto o IMA-B (Índice de Mercado da Anbima – Série B), que referencia o desempenho dos títulos indexados à inflação, apresentou rentabilidade de 12,79% no ano passado. O CDI, por sua vez, acumulou rentabilidade de 9,95% no mesmo período. No mercado de ações, o desempenho foi ainda melhor, com o Índice Ibovespa acumulando rentabilidade de 26,86% e, no mercado de moedas, o dólar se valorizou apenas 1,50% em relação ao real em 2017.

### **Desempenho Econômico Financeiro**

O Plano de Benefícios I - PB I encerrou o exercício de 2017 com Patrimônio de Cobertura de R\$ 930,9 milhões, sendo R\$ 788,1 milhões referentes às Reservas Matemáticas previstas para o pagamento de benefícios e R\$ 142,8 milhões de superávit acumulado. A rentabilidade do Plano em 2017 foi de 14,87%, correspondendo a 216,76% da meta atuarial no período. Deste resultado, 49,6% adveio do aproveitamento de oportunidades no mercado de taxas de juros reais e nominais marcada a mercado. Ainda no segmento de renda fixa, 31,4% resultou da posição aplicada em títulos indexados à inflação marcados na curva e 10,8% em ativos atrelados à taxa de juros pós-fixadas. Os investimentos realizados no segmento de renda variável explicaram aproximadamente 7,2% do resultado. Por fim, os investimentos realizados pela Entidade em participações, imóveis e empréstimos a participantes

contribuíram com aproximadamente 1,0% do resultado dos investimentos.

O Plano de Benefícios II - PB II encerrou o exercício de 2017 com Patrimônio de Cobertura de R\$ 87,0 milhões, com R\$ 86,6 milhões de Reservas Matemáticas previstas para o pagamento de benefícios e R\$ 0,4 milhão de superávit acumulado relativo à parcela de benefícios concedidos do Plano. A rentabilidade do Plano em 2017 foi de 14,16%, correspondendo a 206,41% da meta atuarial e 142,31% da taxa CDI no período. Deste resultado, 66,7% adveio do aproveitamento de oportunidades no mercado de taxas de juros reais e nominais marcada a mercado. Ainda no segmento de renda fixa, 10,0% resultou da posição aplicada em títulos indexados à inflação marcados na curva e 14,0% em ativos atrelados à taxa de juros pós-fixadas. Os investimentos realizados no segmento de renda variável explicaram aproximadamente 6,6% do resultado. Por fim, os investimentos realizados pela Entidade em participações, imóveis e empréstimos a participantes contribuíram com aproximadamente 2,7% do resultado dos investimentos.

O Plano de Gestão Administrativa apresentou rentabilidade de 13,45% no ano de 2017, correspondendo a 135,18% do CDI, sendo que o PGA mantém alocação somente no Segmento de Renda Fixa.

### **Gestão Previdencial**

Com o Programa de Estímulo à Demissão Voluntária (PEDV) do Patrocinador Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, a Diretoria Executiva e o corpo funcional da Fundação estiveram fortemente empenhados em atender, orientar e conceder os benefícios de aposentadoria aos novos assistidos.

Durante o ano de 2017, foram concedidas 71 aposentadorias no Plano de Benefícios I, correspondente a 39% do grupo que estava ativo no início do exercício, e, ao final do ano, os participantes assistidos representavam 80,5% do total de participantes do Plano, atestando o seu estágio de maturidade. O Plano de Benefícios I pagou R\$ 56,4 milhões em benefícios e recebeu contribuições de R\$ 18 milhões. As receitas oriundas das contribuições

representam 31,98% dos compromissos pagos, o que reafirma a importância de se alcançar, de forma consistente e a longo prazo, a meta atuarial nas aplicações dos recursos garantidores das reservas matemáticas.

O Plano de Benefícios II continuou a receber novas adesões, atingindo, ao final do ano, o número de 343 participantes ativos, com a adesão de 12 novos participantes (crescimento de 2,1%) e um nível de adesão de 93,5%. Em 2017, também foi concedida a primeira aposentadoria programada do Plano, que até então havia concedido apenas benefícios de risco: auxílio doença e pensão. O aporte de contribuições ao Plano atingiu o montante de R\$ 9,6 milhões, refletindo um crescimento de 13% sobre o ano anterior, e os benefícios pagos foram de R\$ 451,7 mil.

Para assegurar a solvência e a liquidez intertemporal dos Planos de Benefícios, além da importância de se alcançar a meta atuarial de forma consistente e a longo prazo, tem-se como fator importante verificar periodicamente se as premissas utilizadas no cálculo atuarial são consistentes com características do grupo de participantes, aos compromissos assumidos com o pagamento de benefícios e as condições econômicas e de mercado esperadas para o horizonte de tempo relevante.

Assim, anualmente, a Fundação realiza estudos de adequação das hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas nos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios I e II, em conformidade com a Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e com a Instrução PREVIC nº 23, de 26

de junho de 2015. Esses estudos são elaborados pelo atuário responsável pelos Planos de Benefícios e submetidos para aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo, sendo ainda apreciado pelo Conselho Fiscal.

Como resultado dos estudos de adequação das hipóteses realizados em 2017, a Fundação procedeu a um ajuste técnico nos Planos, seguindo a recomendação do atuário responsável e alterando as premissas biométricas “Tábua de Mortalidade Geral” e “Tábua de Mortalidade de Inválidos”: ambas consideram as mesmas tábuas adotadas no exercício anterior, AT-2000 Suavizada em 10% e MI-85, respectivamente, porém segregadas por sexo. Além disso, também houve alteração da premissa financeira “Taxa Real de Juros” em ambos os Planos, adotando-se a taxa de 4,40% a.a. em substituição à 4,75% a.a., utilizada no exercício anterior. As novas premissas foram adotadas a partir de novembro de 2017.

### **Agradecimentos**

A Diretoria Executiva agradece a confiança dos Participantes e Assistidos, a orientação e diligente atuação dos Conselheiros e Conselheiras integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e dos membros do Comitê de Investimentos, além do indispensável e comprometido apoio do Patrocinador BRDE, por sua Administração e corpo gerencial. Agradece também a dedicação, a competência e o compromisso dos funcionários do ISBRE, que não medem esforços para o bom desempenho da Fundação no cumprimento de sua missão.

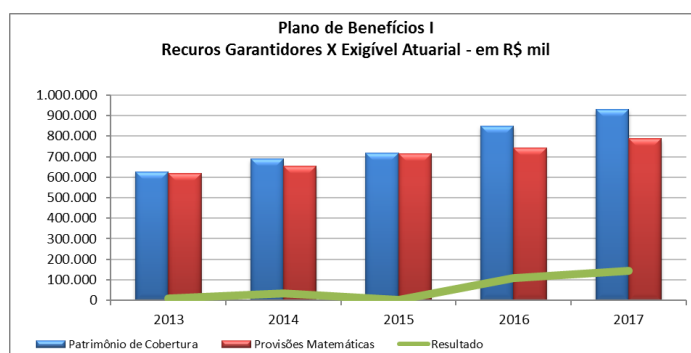
## PLANO DE BENEFÍCIOS I – BD

## EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

## Evolução dos Recursos Garantidores e do Exigível Atuarial – PB I

em R\$ mil

Ano	Patrimônio de Cobertura	Provisões Matemáticas	Resultado
2012	646.412	592.090	54.322
2013	626.840	616.868	9.972
2014	687.950	652.772	35.178
2015	716.786	713.724	3.062
2016	849.847	743.451	106.396
2017	930.927	788.123	142.804



## Demonstração do Ativo Líquido – PB I

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

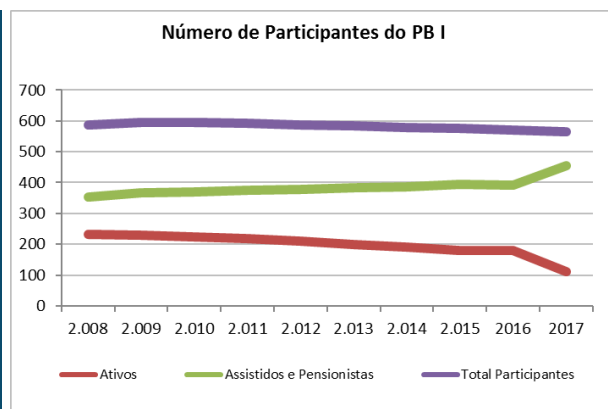
em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>941.374</b>	<b>862.263</b>	<b>9,17</b>
Disponível	3	4	(25,00)
Recebível	5.270	5.438	(3,09)
Investimento	<u>936.101</u>	<u>856.821</u>	9,25
Ações	208	246	(15,45)
Fundos de Investimento	914.021	831.848	9,88
Investimentos Imobiliários	16.185	16.728	(3,25)
Empréstimos	5.687	7.999	(28,90)
<b>2. Obrigações</b>	<b>7.930</b>	<b>8.961</b>	<b>(11,51)</b>
Operacional	1.904	1.543	23,40
Contingencial	6.026	7.418	(18,77)
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>2.067</b>	<b>1.245</b>	<b>66,02</b>
Fundo Administrativo	2.067	1.245	66,02
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>931.377</b>	<b>852.057</b>	<b>9,31</b>
Provisões Matemáticas	788.123	743.451	6,01
Superávit/Déficit Técnico	142.804	106.396	34,22
Fundos Previdenciais	450	2.210	(79,64)
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Resultado Realizado	142.804	106.396	34,22
b) Ajuste de Precificação	52.623	30.301	73,67
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	195.427	136.697	42,96

**GESTÃO PREVIDENCIAL**

**População Amparada pelo Plano de Benefícios I**

Ano	Participantes		Dependentes e Designados	Total Geral
	Ativos	Assistidos e Pensionistas		
2008	232	354	998	1.584
2009	229	367	964	1.560
2010	225	370	939	1.534
2011	218	375	808	1.401
2012	210	377	741	1.328
2013	200	384	724	1.308
2014	192	386	709	1.287
2015	181	395	688	1.264
2016	180	391	680	1.251
2017	110	454	658	1.222



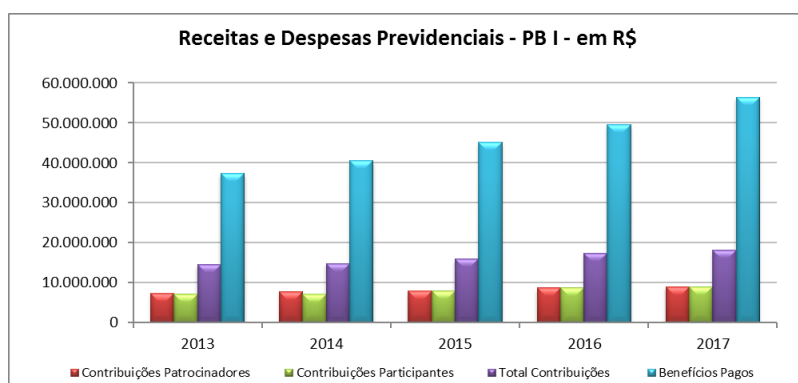
Os dados apresentados refletem a posição em 31 de dezembro de cada ano. Para fins de tabulação da quantidade de participantes, a partir de 2015, os participantes em auxílio-doença passaram a ser classificados como “participantes assistidos”. Como pensionistas estão sendo considerados todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão. A diferença entre o número de participantes ativos informado na tabela acima e aquele informado nas Notas Explicativas, decorre da classificação dos participantes em gozo do benefício de auxílio-doença.

Em 31/12/2017, o grupo de assistidos era composto por 341 aposentados por tempo de contribuição, 8 aposentados por idade, 13 aposentados por invalidez, 2 aposentados por benefício proporcional diferido, 89 pensionistas e 1 participante em auxílio-doença.

**Receita de Contribuição e Benefícios Pagos – PB I**

Em R\$

Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos	Rec. de Contrib. / Benef. Pagos
	Patrocinador	Participantes	Total		
2012	7.632.600	7.045.600	14.678.200	33.902.800	43,29%
2013	7.283.000	7.179.500	14.462.500	37.312.200	38,76%
2014	7.752.200	7.068.200	14.820.400	40.497.200	36,60%
2015	7.872.200	8.030.750	15.902.950	45.081.800	35,28%
2016	8.717.100	8.721.700	17.438.800	49.556.600	35,19%
2017	9.023.200	9.029.000	18.052.200	56.454.200	31,98%





A constante diminuição do número de participantes ativos e o aumento do número de participantes assistidos são características que revelam o estágio de maturidade do Plano de Benefícios I. A relação entre o fluxo de receita de contribuições e o fluxo de pagamento de benefícios é menor a cada ano que passa, situação absolutamente normal em um plano maduro e fechado a novos participantes.

## GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PB I

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios I apresentou a seguinte alocação por segmento de investimento, estando em conformidade com a Política de Investimentos aprovada para o exercício e com a legislação em vigor.

Segmentos	Alocação		Limites Máximos	
	Junho/17	Dezembro/17	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	84,93%	80,87%	95%	100%
Renda Variável	5,17%	7,89%	20%	70%
Investimentos Estruturados	7,27%	8,90%	10%	20%
Investimentos no Exterior <sup>(1)</sup>	0,00%	0,00%	2%	10%
Imóveis	1,85%	1,73%	4%	8%
Operações com Participantes	0,83%	0,61%	3%	15%

<sup>(1)</sup> Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depositary Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09 e suas alterações.

## Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PB I

Em 31.12.2017, o Plano de Benefícios I contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>863.584.349,08</b>	<b>94,48%</b>
Fundos de Renda Fixa	530.149.514,40	58,00%
Minuano Renda Fixa	193.815.189,10	21,20%
Xavante Renda Fixa	336.334.325,30	36,80%
Fundos Multimercado com Renda Variável	333.434.834,68	36,48%
Bahia AM Charrua FI Multimercado	333.434.834,68	36,48%
<b>Segmento de Renda Variável</b>	<b>26.482.643,93</b>	<b>2,90%</b>
Fundos de Investimento em Ações - FIAs	26.482.643,93	2,90%
JGP Long Only Institucional FIA	12.578.044,53	1,38%
Ibiuna EQ 30 FIC FIA	4.626.458,58	0,51%
Oceana Valor FIA	1.147.666,58	0,13%
Oceana Selection FIA	5.748.896,16	0,63%
Oceana Valor 30 FIC FIA	2.381.578,08	0,26%
<b>Segmento de Investimentos Estruturados</b>	<b>23.953.482,68</b>	<b>2,62%</b>
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	3.102.222,04	0,34%
FIP Brasil Energia Renovável	3.102.222,04	0,34%
Fundos de Investimentos Multimercados	20.851.260,64	2,28%
SPX Nimitz Estruturado FICM	20.851.260,64	2,28%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	914.020.475,69	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-3.938,76	0,00%
<b>Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado</b>	<b>914.016.536,93</b>	<b>100%</b>

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (*hedge*), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2017, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Na tabela abaixo são apresentados os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado do PB I:

Fundos	Retorno Líquido 01/01/17 a 31/12/17	Retorno Bruto 01/01/17 a 31/12/17	Taxa de Administração a.a	Taxa de Performance	Índice de Performance
FI Minuano Renda Fixa	12,39%	12,46%	0,06%	Não possui	Não possui
FI Xavante Renda Fixa	8,84%	8,90%	0,06%	Não possui	Não possui
Bahia AM Charrua FI Multimercado	22,30%	22,79%	0,40%	Não possui	Não possui
JGP Long Only Institucional FIA	23,57%	27,02%	2,75%	Não possui	Não possui
Ibiuna Equities 30 FIC Ações <sup>(1)</sup>	12,84%	14,26%	1,96%	20%	IBX
Oceana Valor FIC Ações <sup>(2)</sup>	14,77%	16,25%	2,00%	20%	IBX
Oceana Selection FIC Ações <sup>(3)</sup>	14,93%	16,05%	2,00%	20%	Ibovespa
Oceana Valor 30 FIC Ações <sup>(4)</sup>	14,91%	15,88%	2,00%	20%	IBX
SPX Nimitz Estruturado FICM <sup>(5)</sup>	4,26%	4,47%	0,70%	20%	CDI
FIP Brasil Energia Renovável	17,27%	17,37%	0,08%	20%	IPCA + 8% a.a.

<sup>(1)</sup> Retorno acumulado a partir de 11/05/2017.

<sup>(2)</sup> Retorno acumulado a partir de 11/05/2017.

<sup>(3)</sup> Retorno acumulado a partir de 06/07/2017.

<sup>(4)</sup> Retorno acumulado a partir de 28/07/2017.

<sup>(5)</sup> Retorno acumulado a partir de 12/09/2017.

### Performance dos Investimentos do PB I

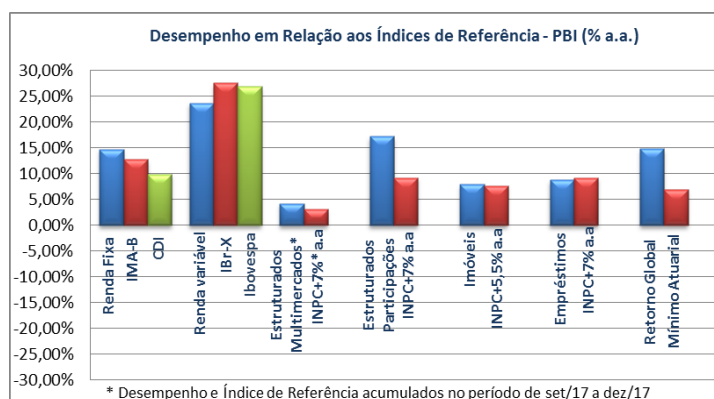
A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios I foi de 14,87% no ano, diante da meta atuarial de 6,86% e a taxa CDI acumulada no período de 9,95%.

As rentabilidades por segmento de investimento e dos respectivos índices de referência são apresentadas na tabela e no gráfico a seguir.

Segmento	Plano de Benefícios I		
	Índice de Referência/ Meta Atuarial		Rentabilidade Bruta em 2017 <sup>(1)</sup>
	Índice	Variação em 2017	
Renda Fixa	IMA-B	12,79%	14,76%
Renda Variável	IBrX	27,55%	23,71%
Multimercados <sup>(2)</sup>	INPC + 7%	3,09%	4,26%
Participações - FIP	INPC + 7%	9,21%	17,27%
Imóveis	INPC + 5,5%	7,68%	7,94%
Empréstimos a Participantes	INPC + 7%	9,21%	8,79%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	Meta Atuarial	6,86%	-13,99%
<b>Total</b>			<b>14,87%</b>

<sup>(1)</sup> Rentabilidade bruta da taxa de administração do Plano.

<sup>(2)</sup> Rentabilidade e Índice de Referência acumulados no período de set/17 a dez/17.



Importante registrar que, de acordo com o Plano de Custeio do PB I para 2017, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE, incide sobre o patrimônio deste plano uma taxa de administração de 0,6% a.a., que é transferida para custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Assim, para se obter as rentabilidades líquidas por segmento de aplicação do PB I é necessário subtrair este percentual das rentabilidades brutas indicadas na tabela acima.

## CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB I

Os custos globais de administração do Plano de Benefícios I, compreendendo os custos com a gestão administrativa e previdencial e com a gestão de investimentos, estão detalhados a seguir.

### Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/17	2º Sem/17	12 meses
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b><u>953.309,53</u></b>	<b><u>1.157.024,92</u></b>	<b><u>2.110.334,45</u></b>
Dirigentes	354.052,31	466.695,20	820.747,51
Pessoal Próprio	599.257,22	690.329,72	1.289.586,94
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>4.396,69</b>	<b>15.894,78</b>	<b>20.291,47</b>
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>5.318,30</b>	<b>10.506,35</b>	<b>15.824,65</b>
<b>Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)</b>	<b><u>168.589,32</u></b>	<b><u>141.774,50</u></b>	<b><u>310.363,82</u></b>
Auditoria	12.020,75	12.221,31	24.242,06
Assessoria Jurídica	18.448,72	18.346,23	36.794,95
Assessoria Atuarial	46.880,32	47.855,31	94.735,63
Outras Consultorias	91.239,53	63.351,65	154.591,18
<b>Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)</b>	<b>80.662,24</b>	<b>77.810,34</b>	<b>158.472,58</b>
<b>Amortizações e Depreciações</b>	<b>17.382,72</b>	<b>21.591,11</b>	<b>38.973,83</b>
<b>Tributos</b>	<b>185.595,64</b>	<b>194.476,90</b>	<b>380.072,54</b>
<b>A) Total das Despesas com a Administração Previdencial</b>	<b>1.415.254,44</b>	<b>1.619.078,90</b>	<b>3.034.333,34</b>

### Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/17	2º Sem/17	12 Meses
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b><u>1.211.316,64</u></b>	<b><u>1.380.693,88</u></b>	<b><u>2.592.010,52</u></b>
Dirigentes	242.645,15	273.166,12	515.811,27
Pessoal Próprio	968.671,49	1.107.527,76	2.076.199,25
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>4.023,56</b>	<b>15.791,56</b>	<b>19.815,12</b>
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>8.938,34</b>	<b>13.991,56</b>	<b>22.929,90</b>
<b>Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)</b>	<b><u>237.052,95</u></b>	<b><u>217.598,76</u></b>	<b><u>454.651,71</u></b>
Auditoria	12.020,75	12.221,31	24.242,06
Assessoria Jurídica	18.448,67	18.346,17	36.794,84
Bloomberg	44.957,26	42.484,93	87.442,19
Luz Engenharia Ltda	33.492,02	33.509,01	67.001,03
Outras Consultorias	128.134,25	111.037,34	239.171,59
<b>Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)</b>	<b>92.865,59</b>	<b>90.206,79</b>	<b>183.072,38</b>
<b>Amortizações e Depreciações</b>	<b>17.382,66</b>	<b>21.591,04</b>	<b>38.973,70</b>
<b>Tributos</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>30.000,00</b>
<b>B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos</b>	<b>1.586.579,74</b>	<b>1.754.873,59</b>	<b>3.341.453,33</b>

**Custo Global da Administração**

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/17	2º Sem/17	12 Meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.415.254,44	1.619.078,90	3.034.333,34
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.586.579,74	1.754.873,59	3.341.453,33
C) Total das Despesas Administrativas	3.001.834,18	3.373.952,49	6.375.786,67
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	894.988.753,54	931.251.397,15	913.120.075,34
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,16%	0,17%	0,33%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,18%	0,19%	0,37%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,34%	0,36%	0,70%

No exercício de 2017, o custo global de gestão do PB I, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas de Investimentos foi equivalente a 0,70% dos recursos garantidores, sendo 0,33% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,37% o custo relativo à gestão de investimentos.

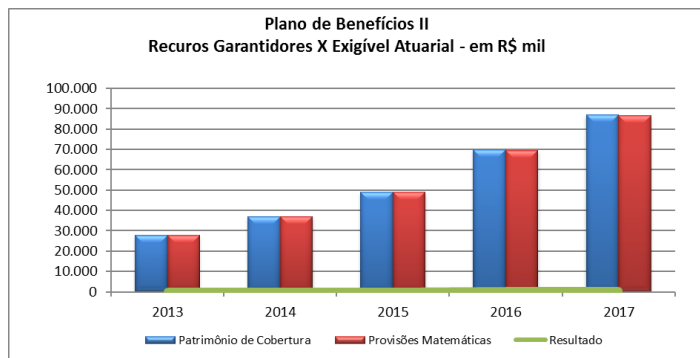
## PLANO DE BENEFÍCIOS II – CV

### EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

#### Evolução dos Recursos Garantidores e do Exigível Atuarial – PB II

em R\$ mil

Ano	Patrimônio de Cobertura	Provisões Matemáticas	Resultado
2013	27.610	27.610	-
2014	37.030	37.019	11
2015	49.154	49.154	-
2016	69.929	69.601	328
2017	87.031	86.629	402



#### Demonstração do Ativo Líquido – PB II

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

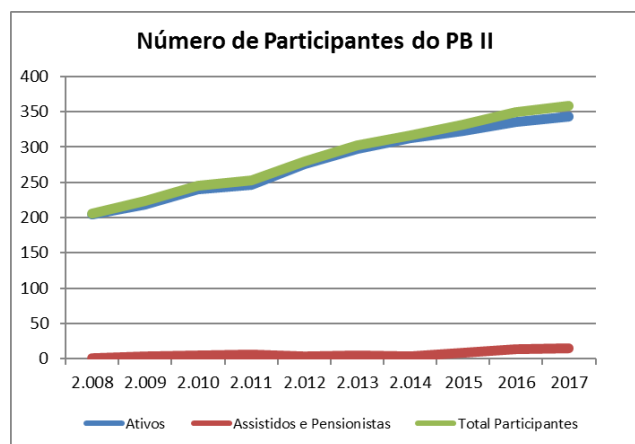
em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>94.495</b>	<b>75.104</b>	<b>25,82</b>
Disponível	5	6	(16,67)
Recebível	1.323	942	40,45
Investimento	<u>93.167</u>	<u>74.156</u>	25,64
Ações	17	20	(15,00)
Fundos de Investimento	89.634	70.841	26,53
Investimentos Imobiliários	604	624	(3,21)
Empréstimos	2.912	2.671	9,02
<b>2. Obrigações</b>	111	15	<b>640,00</b>
Operacional	111	15	640,00
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.323</b>	<b>942</b>	<b>40,45</b>
Fundo Administrativo	1.323	942	40,45
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>93.061</b>	<b>74.147</b>	<b>25,51</b>
Provisões Matemáticas	86.629	69.601	24,47
Superávit/Déficit Técnico	402	328	22,56
Fundos Previdenciais	6.030	4.218	42,96
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Resultado Realizado	402	328	22,56
b) Ajuste de Precificação	344	206	66,99
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	746	534	39,70

## GESTÃO PREVIDENCIAL

## População Amparada pelo Plano de Benefícios II

Ano	Participantes		Dependentes	Total Geral
	Ativos	Assistidos e Beneficiários		
2008	205	1	253	459
2009	219	4	285	508
2010	240	5	317	562
2011	247	6	342	595
2012	275	4	370	649
2013	297	5	408	710
2014	312	4	422	738
2015	323	9	460	792
2016	336	13	483	832
2017	343	15	525	883



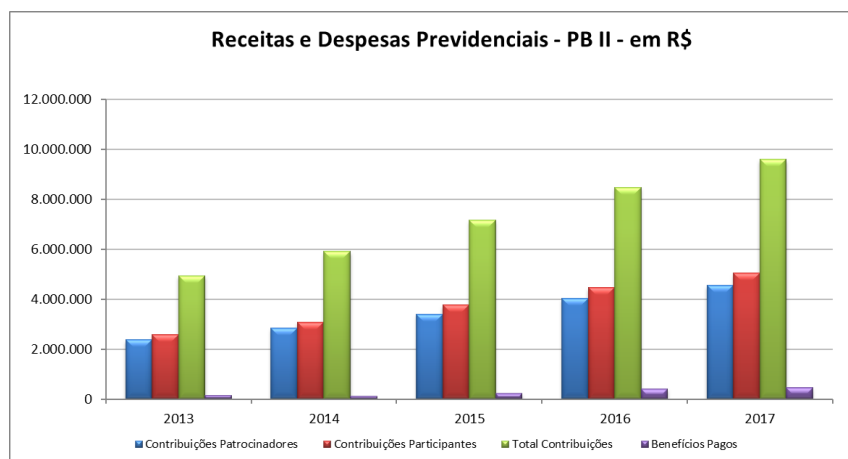
Os dados apresentados refletem a posição em 31 de dezembro de cada ano. Assim como no PBI, para fins de tabulação da quantidade de participantes, a partir de 2015, os participantes em auxílio-doença passaram a ser classificados como “participantes assistidos”. Como pensionistas estão sendo considerados todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão. A diferença entre o número de participantes ativos informado na tabela acima e aquele informado nas Notas Explicativas, decorre da classificação dos participantes em gozo do benefício de auxílio-doença.

Em 31/12/2017, o grupo de assistidos era composto por uma aposentadoria programada, 12 pensionistas, que recebem a pensão legada por quatro participantes falecidos, e 2 participantes em auxílio-doença.

## Receita de Contribuição e Benefícios Pagos - PB II

Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos
	Patrocinador	Participantes	Total	
2012	1.907.900	2.014.300	3.922.200	89.800
2013	2.364.800	2.575.000	4.939.800	153.900
2014	2.837.100	3.078.800	5.915.900	109.700
2015	3.395.400	3.765.000	7.160.400	227.800
2016	4.022.200	4.459.500	8.481.700	410.300
2017	4.545.300	5.042.800	9.588.100	451.700

Nos valores informados não estão sendo considerados os resgates e as portabilidades recebidas e cedidas. Em 2017, verificou-se a saída de recursos no montante de R\$175 mil a título de portabilidade cedida e resgate, e o ingresso de R\$6,8mil a título de portabilidade recebida.



## GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PB II

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios II apresentou a seguinte alocação por segmento de investimento, estando em conformidade com a Política de Investimentos aprovada para o exercício e com a legislação em vigor.

Segmentos	Alocação		Limites Máximos	
	Junho/17	Dezembro/17	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	84,79%	81,25%	95%	100%
Renda Variável	4,60%	6,53%	20%	70%
Investimentos Estruturados	6,49%	8,43%	10%	20%
Investimentos no Exterior <sup>(1)</sup>	0,00%	0,00%	2%	10%
Imóveis	0,75%	0,65%	4%	8%
Operações com Participantes	3,42%	3,13%	15%	15%

<sup>(1)</sup> Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Fundos Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depository Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09 e suas alterações.

## Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PB II

Em 31.12.2017, o Plano de Benefícios II contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>84.501.499,97</b>	<b>94,28%</b>
Fundos de Renda Fixa	57.032.907,70	63,63%
Minuano Renda Fixa	29.126.614,93	32,50%
Caingangue Renda Fixa	27.906.292,77	31,13%
Fundos Multimercado com Renda Variável	27.468.592,27	30,65%
Bahia AM Charrua FI Multimercado	27.468.592,27	30,65%
<b>Segmento de Renda Variável</b>	<b>2.166.157,34</b>	<b>2,42%</b>
Fundos de Investimento em Ações - FIAs	2.166.157,34	2,42%
JGP Long Only Institucional FIA	957.553,97	1,07%
Ibiuna EQ 30 FIC FIA	412.325,94	0,46%
Oceana Valor FIA	98.200,33	0,11%
Oceana Selection FIA	500.656,08	0,56%
Oceana Valor 30 FIC FIA	197.421,02	0,22%
<b>Segmento de Investimentos Estruturados</b>	<b>2.966.227,09</b>	<b>3,31%</b>

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	255.563,21	0,29%
FIP Brasil Energia Renovável	255.563,21	0,29%
Fundos de Investimentos Multimercados	2.710.663,88	3,02%
SPX Nimitz Estruturado FIC MM	2.710.663,88	3,02%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	89.633.884,40	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-1.661,64	0,00%
<b>Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado</b>	<b>89.632.222,76</b>	<b>100%</b>

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (hedge), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2017, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Na tabela abaixo são apresentados os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado do PB II, representados pelo diferencial entre os retornos bruto e líquido:

Fundos	Retorno Líquido 01/01/17 a 31/12/17	Retorno Bruto 01/01/17 a 31/12/17	Taxa de Administração a.a	Taxa de Performance	Índice de Performance
FI Minuano Renda Fixa	12,39%	12,46%	0,06%	Não possui	Não possui
FI Caingangue Renda Fixa	8,86%	8,89%	0,03%	Não possui	Não possui
Bahia AM Charrua FI Multimercado	22,30%	22,79%	0,40%	Não possui	Não possui
JGP Long Only Institucional FIA	23,57%	27,02%	2,75%	Não possui	Não possui
Ibiuna Equities 30 FIC Ações <sup>(1)</sup>	12,84%	14,26%	1,96%	20%	IBX
Oceana Valor FIC Ações <sup>(2)</sup>	14,77%	16,25%	2,00%	20%	IBX
Oceana Selection FIC Ações <sup>(3)</sup>	14,93%	16,05%	2,00%	20%	Ibovespa
Oceana Valor 30 FIC Ações <sup>(4)</sup>	14,91%	15,88%	2,00%	20%	IBX
SPX Nimitz Estruturados FICM <sup>(5)</sup>	4,26%	4,47%	0,70%	20%	CDI
FIP Brasil Energia Renovável	17,27%	17,37%	0,08%	Não possui	IPCA + 8% a.a.

<sup>(1)</sup> Retorno acumulado a partir de 11/05/2017.

<sup>(2)</sup> Retorno acumulado a partir de 11/05/2017.

<sup>(3)</sup> Retorno acumulado a partir de 06/07/2017.

<sup>(4)</sup> Retorno acumulado a partir de 28/07/2017.

<sup>(5)</sup> Retorno acumulado a partir de 12/09/2017.

### Performance dos Investimentos do PB II

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios II no ano foi 14,16%, diante da meta atuarial de 6,86% e da taxa CDI acumulada no período de 9,95%.

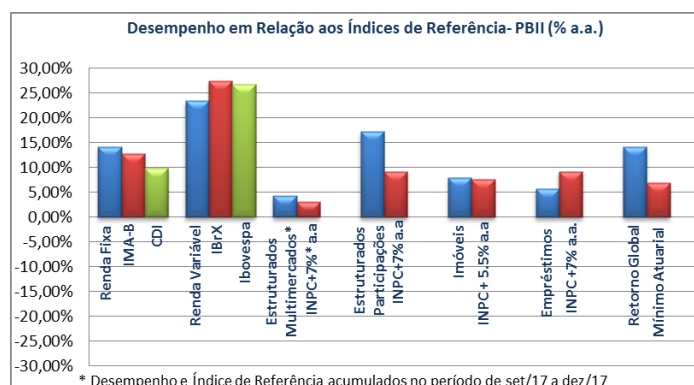
As rentabilidades por segmento de investimento e dos respectivos índices de referência são apresentadas na tabela e no gráfico a seguir.



Segmento	Plano de Benefícios II		
	Índice de Referência/ Meta Atuarial		Rentabilidade Bruta em 2017 <sup>(1)</sup>
	Índice	Varição em 2017	
Renda Fixa	IMA-B	12,79%	14,22%
Renda Variável	IBrX	27,55%	23,50%
Multimercados <sup>(2)</sup>	INPC + 7%	3,09%	4,26%
Participações - FIP	INPC + 7%	9,21%	17,27%
Imóveis	INPC + 5,5%	7,68%	7,94%
Empréstimos a Participantes	INPC + 7%	9,21%	5,73%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	Meta Atuarial	6,86%	-14,05%
<b>Total</b>			<b>14,16%</b>

(1) Rentabilidade bruta da taxa de administração do Plano.

(2) Rentabilidade e Índice de Referência acumulados no período de set/17 a dez/17.



Importante registrar que, de acordo com o Plano de Custeio do PB II para 2017, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE, incide sobre o patrimônio deste plano uma taxa de administração de 0,6% a.a., que é transferida para custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Assim, para se obter as rentabilidades líquidas por segmento de aplicação do PB II é necessário subtrair este percentual das rentabilidades brutas indicadas na tabela acima.

## CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB II

Os custos globais de administração do Plano de Benefícios II, compreendendo os custos com a gestão administrativa e previdencial e com a gestão de investimentos, estão detalhados a seguir.

### Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/17	2º Sem/17	12 meses
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>84.778,44</b>	<b>109.631,67</b>	<b>194.410,11</b>
Dirigentes	31.523,72	44.359,56	75.883,28
Pessoal Próprio	53.254,72	65.272,11	118.526,83
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>392,68</b>	<b>1.501,42</b>	<b>1.894,10</b>
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>474,46</b>	<b>995,07</b>	<b>1.469,53</b>
<b>Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)</b>	<b>15.045,68</b>	<b>13.494,94</b>	<b>28.540,62</b>
Auditoria	1.068,76	1.160,55	2.229,31
Assessoria Jurídica	1.639,70	1.742,19	3.381,89
Assessoria Atuarial	4.168,73	4.544,43	8.713,16
Outras Consultorias	8.168,49	6.047,77	14.216,26
<b>Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)</b>	<b>7.173,31</b>	<b>7.396,08</b>	<b>14.569,39</b>
<b>Amortizações e Depreciações</b>	<b>5.237,79</b>	<b>5.737,27</b>	<b>10.975,06</b>
<b>Tributos</b>	<b>16.376,88</b>	<b>18.273,53</b>	<b>34.650,41</b>
<b>A) Total das Despesas com a Administração Previdencial</b>	<b>129.479,24</b>	<b>157.029,98</b>	<b>286.509,22</b>

## Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/17	2º Sem/17	12 Meses
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>107.711,13</b>	<b>130.303,22</b>	<b>238.014,35</b>
Dirigentes	21.579,63	25.946,69	47.526,32
Pessoal Próprio	86.131,50	104.356,53	190.488,03
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>363,69</b>	<b>1.490,49</b>	<b>1.854,18</b>
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>799,90</b>	<b>1.326,39</b>	<b>2.126,29</b>
<b>Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)</b>	<b>21.121,21</b>	<b>20.703,41</b>	<b>41.824,62</b>
Auditoria	1.068,76	1.160,55	2.229,31
Assessoria Jurídica	1.639,69	1.742,19	3.381,88
Bloomberg	3.991,72	4.034,45	8.026,17
Luz Engenharia Ltda	2.976,70	3.182,51	6.159,21
Outras Consultorias	11.444,34	10.583,71	22.028,05
<b>Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)</b>	<b>8.258,84</b>	<b>8.573,47</b>	<b>16.832,31</b>
<b>Amortizações e Depreciações</b>	<b>5.237,86</b>	<b>5.737,34</b>	<b>10.975,20</b>
<b>Tributos</b>	<b>1.218,78</b>	<b>1.218,78</b>	<b>2.437,56</b>
<b>B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos</b>	<b>144.711,41</b>	<b>169.353,10</b>	<b>314.064,51</b>

## Custo Global da Administração

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/17	2º Sem/17	12 Meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	129.479,24	157.029,98	286.509,22
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	144.711,41	169.353,10	314.064,51
C) Total das Despesas Administrativas	274.190,65	326.383,08	600.573,73
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	80.403.876,90	89.565.267,02	84.984.571,96
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,16%	0,18%	0,34%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,18%	0,19%	0,37%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,34%	0,36%	0,71%

No exercício de 2017, o custo global de gestão do Plano de Benefícios II, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas dos Investimentos foi equivalente a 0,71% dos recursos garantidores sob gestão, sendo 0,34% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,37% o custo relativo à gestão de investimentos.

## PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

## CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIAL

No que se refere à administração previdencial, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2017.

## Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/17	2º Sem/17	12 Meses
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b><u>1.038.087,97</u></b>	<b><u>1.266.656,59</u></b>	<b><u>2.304.744,56</u></b>
Dirigentes	385.576,03	511.054,76	896.630,79
Pessoal Próprio	652.511,94	755.601,83	1.408.113,77
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b><u>4.789,37</u></b>	<b><u>17.396,20</u></b>	<b><u>22.185,57</u></b>
<b>Viagens e Estadias</b>	<b><u>5.792,76</u></b>	<b><u>11.501,42</u></b>	<b><u>17.294,18</u></b>
<b>Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)</b>	<b><u>183.635,00</u></b>	<b><u>155.269,44</u></b>	<b><u>338.904,44</u></b>
Auditoria	13.089,51	13.381,86	26.471,37
Consultoria Jurídica	20.088,42	20.088,42	40.176,84
Consultoria Atuarial	51.049,05	52.399,74	103.448,79
Outras Consultorias	99.408,02	69.399,42	168.807,44
<b>Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)</b>	<b><u>87.835,55</u></b>	<b><u>85.206,42</u></b>	<b><u>173.041,97</u></b>
<b>Amortizações e Depreciações</b>	<b><u>22.620,51</u></b>	<b><u>27.328,38</u></b>	<b><u>49.948,89</u></b>
<b>Tributos</b>	<b><u>201.972,52</u></b>	<b><u>212.750,43</u></b>	<b><u>414.722,95</u></b>
<b>A) Total das Despesas com a Administração Previdencial</b>	<b><u>1.544.733,68</u></b>	<b><u>1.776.108,88</u></b>	<b><u>3.320.842,56</u></b>

## CUSTOS COM A GESTÃO DE INVESTIMENTOS

No que se refere à administração de investimentos, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2017.

## Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/17	2º Sem/17	12 meses
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b><u>1.319.027,77</u></b>	<b><u>1.510.997,10</u></b>	<b><u>2.830.024,87</u></b>
Dirigentes	264.224,78	299.112,81	563.337,59
Pessoal Próprio	1.054.802,99	1.211.884,29	2.266.687,28
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b><u>4.387,25</u></b>	<b><u>17.282,05</u></b>	<b><u>21.669,30</u></b>
<b>Viagens e Estadias</b>	<b><u>9.738,24</u></b>	<b><u>15.317,95</u></b>	<b><u>25.056,19</u></b>
<b>Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)</b>	<b><u>258.174,16</u></b>	<b><u>238.302,17</u></b>	<b><u>496.476,33</u></b>
Auditoria	13.089,51	13.381,86	26.471,37
Consultoria Jurídica	20.088,36	20.088,36	40.176,72
Luz Engenharia Ltda	36.468,72	36.691,52	73.160,24
Bloomberg	48.948,98	46.519,38	95.468,36
Outras Consultorias	139.578,59	121.621,05	261.199,64
<b>Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)</b>	<b><u>101.124,43</u></b>	<b><u>98.780,26</u></b>	<b><u>199.904,69</u></b>
<b>Amortizações e Depreciações</b>	<b><u>22.620,52</u></b>	<b><u>27.328,38</u></b>	<b><u>49.948,90</u></b>
<b>Tributos</b>	<b><u>16.218,78</u></b>	<b><u>16.218,78</u></b>	<b><u>32.437,56</u></b>
<b>B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos</b>	<b><u>1.731.291,15</u></b>	<b><u>1.924.226,69</u></b>	<b><u>3.655.517,84</u></b>

**CUSTO GLOBAL DE GESTÃO****Total de Despesas com Administração da Entidade****Custo Global da Administração**

DESPESAS	1º Sem/17	2º Sem/17	12 meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.544.733,68	1.776.108,88	3.320.842,56
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.731.291,15	1.924.226,69	3.655.517,84
C) Total das Despesas Administrativas	3.276.024,83	3.700.335,57	6.976.360,40
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	977.564.845,77	1.023.262.064,03	1.000.413.454,90
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,16%	0,17%	0,33%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,18%	0,19%	0,37%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,34%	0,36%	0,70%

O custo global de gestão do ISBRE, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas de Investimento e das Despesas Administrativas Previdenciais foi, no exercício de 2017, equivalente a 0,70% do patrimônio médio sob gestão, sendo 0,33% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,37% referentes à gestão de investimentos.

**GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PGA**

Considerando-se as características e necessidade de liquidez do Plano de Gestão Administrativa - PGA, entende-se adequado que os recursos deste Plano sejam alocados somente no segmento de Renda Fixa. A carteira de investimentos do PGA apresentou a seguinte alocação por segmento de investimento, estando em conformidade com a Política de Investimentos aprovada para o exercício e com a legislação em vigor.

Segmentos	Alocação		Limites Máximos	
	Junho/17	Dezembro/17	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	99,85%	99,91%	100%	100%

**Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PGA**

Em 31.12.2017, o Plano de Gestão Administrativa contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>2.836.592,41</b>	<b>100,05%</b>
Fundos de Renda Fixa	2.836.592,41	100,05%
Minuano FI Renda Fixa	1.795.317,09	63,32%
Votorantim Soberano REF DI	1.041.275,32	36,73%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-1.336,89	-0,05%
<b>Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado</b>	<b>1.896.857,42</b>	<b>100,00%</b>

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (*hedge*), observados, contudo, os limites legais.

Os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado são os seguintes:

Fundos	Retorno Líquido 01/01/17 a 31/12/17	Retorno Bruto 01/01/17 a 31/12/17	Taxa de Administração a.a	Taxa de Performance	Índice de Performance
FI Minuano Renda Fixa	12,39%	12,46%	0,06%	Não possui	Não possui
Votorantim Soberano REF DI <sup>(1)</sup>	5,84%	5,94%	0,15%	Não possui	Não possui

<sup>(1)</sup> Retorno acumulado a partir de 02/05/2017.

### Performance dos Investimentos do PGA

A performance global dos investimentos do PGA no ano foi de 13,45%, diante da meta atuarial de 6,86% e do CDI de 9,95% do período.

As rentabilidades por segmento de investimento e dos respectivos índices de referência são apresentadas na tabela e no gráfico a seguir.

Segmento	Plano de Gestão Administrativa - PGA		
	Índice de Referência/ Meta Atuarial		Rentabilidade Bruta em 2017 <sup>(1)</sup>
	Índice	Variação em 2017	
Renda Fixa	IMA-B	12,79%	13,45%
<b>Total</b>			<b>13,45%</b>

<sup>(1)</sup> Rentabilidade bruta da taxa de administração do Plano.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2018

A Política de Investimentos foi formulada pela Diretoria Executiva com o apoio técnico da equipe da área financeira e de investimentos, em conjunto com o Comitê de Investimentos. Em consonância com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente, essa política foi apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião de 07.12.2017 e divulgada aos Participantes mediante publicação no portal do ISBRE.

A Política de Investimentos para 2018, a seguir sumariada, manterá a estratégia de gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios integrada de forma ativa com o passivo atuarial, associada ao permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Foram definidos os seguintes limites de alocação por segmento de aplicação de recursos, sendo admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de oportunidades de retorno quanto para proteção do patrimônio, observados, contudo, os limites legais por Plano.

Segmento	Plano de Benefícios I		
	Índice de Referência	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	IMA-B	90%	79%
Renda Variável	IBrX	20%	6,5%
Investimentos Estruturados	IHFA <sup>1</sup> /INPC + 7% a.a. <sup>2</sup>	10%	9,5%
Investimentos no Exterior	MSCI World Index	3%	2%
Imóveis	INPC + 4% a.a	3%	2%
Operações com Participantes	INPC + 4% a.a	2%	1%

<sup>1</sup> Índice de Head Funds Anbima – IHFA, para os Fundos Multimercado Estruturados.

<sup>2</sup> INPC + 7% a.a. para os Fundos de Investimento em Participações.

Segmento	Plano de Benefícios II		
	Índice de Referência	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	IMA-B	90%	75,5%
Renda Variável	IBrX	20%	7%
Investimentos Estruturados	IHFA <sup>1</sup> /INPC + 7% a.a. <sup>2</sup>	10%	9,5%
Investimentos no Exterior	MSCI World Index	3%	2%
Imóveis	INPC + 4% a.a	3%	2%
Operações com Participantes	INPC + 4% a.a	15%	4%

<sup>1</sup> Índice de Head Funds Anbima – IHFA, para os Fundos Multimercado Estruturados.

<sup>2</sup> INPC + 7% a.a. para os Fundos de Investimento em Participações.

Segmento	PGA		
	Índice de Referência	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	IMA-B	100%	100%

Serão observados os seguintes limites na alocação por emissor:

Alocação por Emissor - Plano de Benefícios I			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	90,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Com Registro na CVM	2,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	5,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	10,00%	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos estruturados	10,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 4% para Inst. Financeira e 2% para Cia Aberta se referem somente a alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Alocação por Emissor - Plano de Benefícios II			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	90,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Com Registro na CVM	2,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	5,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	10,00%	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos estruturados	10,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 4% para Inst. Financeira e 2% para Cia Aberta se referem somente a alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Alocação por Emissor - Plano de Gestão Administrativa			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	100,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Com Registro na CVM	2,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	5,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0,00%	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos estruturados	0,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 4% para Inst. Financeira e 2% para Cia Aberta se referem somente a alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Além dos limites descritos na tabela acima, existem os seguintes limites adicionais:

1. A alocação em cotas de Fundos de Investimento que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadoras deverá respeitar a classificação de baixo risco de crédito, limitada a 5% (cinco por cento) dos Recursos Garantidores;
2. A alocação em Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado classificados no Segmento de Investimentos Estruturados deverá respeitar o limite de 10% (dez por cento) dos Recursos Garantidores.
3. A alocação em cada Fundo de Investimento Multimercado classificado nesse segmento não deve ser superior a 5% (cinco por cento) dos Recursos Garantidores da Fundação.

Serão observados os seguintes limites na concentração por emissor:

Concentração por Emissor - Plano de Benefícios I			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	15,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25,00%	0,00%	0,00%
% % do PL de Fundo de Investimento Classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	0,00%	0,00%

Concentração por Emissor - Plano de Benefícios II			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	15,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25,00%	0,00%	0,00%
% % do PL de Fundo de Investimento Classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	0,00%	0,00%

Concentração por Emissor - Plano de Gestão Administrativa			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	15,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	0,00%	0,00%

Além dos limites descritos na tabela acima, existem os seguintes limites adicionais:

1. A alocação em Fundos de Direitos Creditórios (FIDC) é permitida apenas naqueles com classificação mínima igual à AAA, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio em cada FIDC;
2. A alocação em cotas de Fundos de Investimentos que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadoras deverá respeitar a classificação de baixo risco de crédito, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
3. A alocação em fundos classificados como Investimentos Estruturados, excetuando-se os Fundos Multimercado, não serão admitidas alocações em novos Fundos de Investimento em Participações, excetuada as chamadas de capital ou criação de estruturas derivadas de fundos existentes.

Serão observados os seguintes limites na concentração por investimentos:

Concentração por Investimentos			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% de uma Mesma Classe ou Série de Cotas de FIDC	5,00%	0,00%	0,00%

São os seguintes os *ratings* mínimos aplicáveis à avaliação de baixo risco de crédito, estando nominadas as agências classificadoras aceitas:

Rating Mínimo	Agência Classificadora de Risco		
	STANDARD & POORS	MOODYS	FITCH RATING
Baixo Risco de Crédito	AAA	Aaa	AAA
	AA+, AA, AA-	Aa1, Aa2, Aa3	AA+, AA, AA-
	A+, A, A-	A1, A2, A3	A+, A, A-



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## I - BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R\$ mil

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>2.733</b>	<b>2.264</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>1.037.640</b>	<b>939.277</b>	Gestão Previdencial	1.494	1.125
Gestão Previdencial	3.203	4.193	Gestão Administrativa	717	701
Gestão Administrativa	2.333	2.206	Investimentos	522	438
<b>Investimentos</b>	<b>1.032.104</b>	<b>932.878</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>7.461</b>	<b>8.853</b>
Ações	225	266	Gestão Previdencial	6.026	7.418
Fundos de Investimento	1.006.491	904.590	Gestão Administrativa	1.435	1.435
Investimentos Imobiliários	16.789	17.352	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>1.027.829</b>	<b>928.391</b>
Empréstimos	8.599	10.670	Patrimônio de Cobertura do Plano	<b>1.017.959</b>	<b>919.776</b>
<b>PERMANENTE</b>	<b>372</b>	<b>219</b>	Provisões Matemáticas	<b>874.753</b>	<b>813.052</b>
Imobilizado	153	64	Benefícios Concedidos	657.568	510.977
Intangível	219	155	Benefícios a Conceder	217.185	302.075
			Equilíbrio Técnico	<b>143.206</b>	<b>106.724</b>
			Resultados Realizados	143.206	106.724
			Superávit Técnico Acumulado	143.206	106.724
			Fundos	<b>9.870</b>	<b>8.615</b>
			Fundo Previdencial	6.480	6.428
			Fundo Administrativo	3.390	2.187
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.038.023</b>	<b>939.508</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.038.023</b>	<b>939.508</b>

## II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>A) Patrimônio Social - Início do Exercício</b>	<b>928.391</b>	<b>775.006</b>	<b>19,79</b>
<b>1. Adições</b>	<b>163.978</b>	<b>211.036</b>	<b>(22,30)</b>
(+) Contribuições Previdenciais	25.832	24.562	5,17
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	129.966	179.504	(27,60)
(+) Receitas Administrativas	7.949	6.418	23,85
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	231	552	(58,15)
<b>2. Destinações</b>	<b>(64.540)</b>	<b>(57.651)</b>	<b>11,95</b>
(-) Benefícios	(57.081)	(50.179)	13,75
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(483)	(449)	7,57
(-) Despesas Administrativas	(6.976)	(7.023)	(0,67)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>99.438</b>	<b>153.385</b>	<b>(35,17)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	61.701	50.174	22,97
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	36.482	103.662	(64,81)
(+/-) Fundos Previdenciais	52	(397)	(113,10)
(+/-) Fundos Administrativos	1.203	(53)	(2.369,81)
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>1.027.829</b>	<b>928.391</b>	<b>10,71</b>

## III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

## PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>852.059</b>	<b>719.802</b>	18,37
<b>1. Adições</b>	<b>137.881</b>	<b>183.832</b>	<b>(25,00)</b>
(+) Contribuições	18.246	17.460	4,50
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	119.635	166.372	(28,09)
<b>2. Destinações</b>	<b>(58.563)</b>	<b>(51.575)</b>	<b>13,55</b>
(-) Benefícios	(56.454)	(49.556)	13,92
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(483)	(449)	7,57
(-) Custeio Administrativo	(1.626)	(1.570)	3,57
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>79.318</b>	<b>132.257</b>	<b>(40,03)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	44.672	29.728	50,27
(+/-) Fundos Previdenciais	(1.761)	(805)	118,76
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	36.407	103.334	(64,77)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>931.377</b>	<b>852.059</b>	<b>9,31</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>2.067</b>	<b>1.245</b>	<b>66,02</b>
(+/-) Fundo Administrativo	2.067	1.245	66,02

## PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>74.146</b>	<b>52.964</b>	<b>39,99</b>
<b>1. Adições</b>	<b>19.925</b>	<b>21.804</b>	<b>(8,62)</b>
(+) Contribuições	9.595	8.672	10,64
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.330	13.132	(21,34)
<b>2. Destinações</b>	<b>(1.010)</b>	<b>(622)</b>	<b>62,38</b>
(-) Benefícios	(627)	(622)	0,80
(-) Custeio Administrativo	(383)	-	
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>18.915</b>	<b>21.182</b>	<b>(10,70)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	17.029	20.446	(16,71)
(+/-) Fundos Previdenciais	1.812	408	344,12
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	74	328	(77,44)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>93.061</b>	<b>74.146</b>	<b>25,51</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.323</b>	<b>942</b>	<b>40,45</b>
(+/-) Fundo Administrativo	1.323	942	40,45

## IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

## PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>941.374</b>	<b>862.263</b>	<b>9,17</b>
Disponível	3	4	(25,00)
Recebível	5.270	5.438	(3,09)
Investimento	<u>936.101</u>	<u>856.821</u>	9,25
Ações	208	246	(15,45)
Fundos de Investimento	914.021	831.848	9,88
Investimentos Imobiliários	16.185	16.728	(3,25)
Empréstimos	5.687	7.999	(28,90)
<b>2. Obrigações</b>	<b>7.930</b>	<b>8.961</b>	<b>(11,51)</b>
Operacional	1.904	1.543	23,40
Contingencial	6.026	7.418	(18,77)
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>2.067</b>	<b>1.245</b>	<b>66,02</b>
Fundo Administrativo	2.067	1.245	66,02
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>931.377</b>	<b>852.057</b>	<b>9,31</b>
Provisões Matemáticas	788.123	743.451	6,01
Superávit/Déficit Técnico	142.804	106.396	34,22
Fundos Previdenciais	450	2.210	(79,64)
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Resultado Realizado	142.804	106.396	34,22
b) Ajuste de Precificação	52.623	30.301	73,67
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	195.427	136.697	42,96

## PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>94.495</b>	<b>75.104</b>	<b>25,82</b>
Disponível	5	6	(16,67)
Recebível	1.323	942	40,45
Investimento	<u>93.167</u>	<u>74.156</u>	25,64
Ações	17	20	(15,00)
Fundos de Investimento	89.634	70.841	26,53
Investimentos Imobiliários	604	624	(3,21)
Empréstimos	2.912	2.671	9,02
<b>2. Obrigações</b>	<b>111</b>	<b>15</b>	<b>640,00</b>
Operacional	111	15	640,00
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.323</b>	<b>942</b>	<b>40,45</b>
Fundo Administrativo	1.323	942	40,45
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>93.061</b>	<b>74.147</b>	<b>25,51</b>
Provisões Matemáticas	86.629	69.601	24,47
Superávit/Déficit Técnico	402	328	22,56
Fundos Previdenciais	6.030	4.218	42,96
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Resultado Realizado	402	328	22,56
b) Ajuste de Precificação	344	206	66,99
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	746	534	39,70

**V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)**  
**Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>2.187</b>	<b>2.240</b>	<b>(2,37)</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>8.180</b>	<b>6.970</b>	<b>17,36</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>8.180</b>	<b>6.970</b>	<b>17,36</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.009	1.570	27,96
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.940	4.848	22,52
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	231	552	(58,15)
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>6.977</b>	<b>7.023</b>	<b>(0,65)</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>3.321</b>	<b>3.650</b>	<b>(9,01)</b>
Pessoal e Encargos	2.305	2.628	(12,29)
Treinamentos/Congressos e Seminários	22	20	10,00
Viagens e Estadias	17	18	(5,56)
Serviços de Terceiros	339	432	(21,53)
Despesas Gerais	173	160	8,13
Depreciações e Amortizações	50	34	47,06
Tributos	415	358	15,92
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>3.656</b>	<b>3.373</b>	<b>8,39</b>
Pessoal e Encargos	2.830	2.691	5,17
Treinamentos/Congressos e Seminários	22	27	(18,52)
Viagens e Estadias	25	22	13,64
Serviços de Terceiros	496	382	29,84
Despesas Gerais	200	185	8,11
Depreciações e Amortizações	50	34	47,06
Tributos	33	32	3,13
<b>3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>1.203</b>	<b>(53)</b>	<b>(2.369,81)</b>
<b>4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)</b>	<b>1.203</b>	<b>(53)</b>	<b>(2.369,81)</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)</b>	<b>3.390</b>	<b>2.187</b>	<b>55,01</b>

## VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>939.302</b>	<b>861.018</b>	<b>9,09</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>788.123</b>	<b>743.451</b>	<b>6,01</b>
1.1. Benefícios Concedidos	651.759	506.139	28,77
Benefício Definido	651.759	506.139	28,77
1.2. Benefício a Conceder	136.364	237.312	(42,54)
Benefício Definido	136.364	237.312	(42,54)
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>142.804</b>	<b>106.396</b>	<b>34,22</b>
2.1. Resultados Realizados	142.804	106.396	34,22
Superávit técnico acumulado	142.804	106.396	34,22
Reserva de Contingência	142.804	106.396	34,22
<b>3. Fundos</b>	<b>450</b>	<b>2.210</b>	<b>(79,64)</b>
3.1 Fundos Previdenciais	450	2.210	(79,64)
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>1.899</b>	<b>1.543</b>	<b>23,07</b>
4.1 Gestão Previdencial	1.426	1.112	28,24
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	473	431	9,74
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>6.026</b>	<b>7.418</b>	<b>(18,77)</b>
5.1 Gestão Previdencial	6.026	7.418	(18,77)

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4)</b>	<b>93.172</b>	<b>74.162</b>	<b>25,63</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>86.629</b>	<b>69.601</b>	<b>24,47</b>
1.1. Benefícios Concedidos	5.809	4.838	20,07
Benefício Definido	5.809	4.838	20,07
1.2. Benefício a Conceder	80.820	64.763	24,79
Contribuição Definida	80.820	64.763	24,79
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	33.116	26.622	24,39
Saldo de contas - parcela participantes	47.704	38.141	25,07
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>402</b>	<b>328</b>	<b>22,56</b>
2.1. Resultados Realizados	402	328	22,56
Superávit técnico acumulado	402	328	22,56
Reserva de Contingência	402	328	22,56
<b>3. Fundos</b>	<b>6.030</b>	<b>4.218</b>	<b>42,96</b>
3.1 Fundos Previdenciais	6.030	4.218	42,96
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>111</b>	<b>15</b>	<b>640,00</b>
4.1 Gestão Previdencial	63	13	384,62
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	48	2	2.300,00

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja atividade é regulada pelas Leis Complementares nºs. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como pelas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, no que se refere às questões de natureza previdenciária e administrativa, e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, nos aspectos relativos à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios.

O ISBRE tem como objetivo estatutário o pagamento de benefícios suplementares, ou assemelhados, às prestações asseguradas pela Previdência Oficial (Regime Geral da Previdência Social) aos grupos familiares dos empregados do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e do próprio ISBRE, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados.

Para a obtenção desse objetivo, o ISBRE dispõe de recursos financeiros oriundos das contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, bem como das receitas decorrentes das aplicações desses recursos.

O ISBRE administra dois planos de benefícios distintos: o Plano de Benefícios I, de modalidade Benefício Definido – BD (fechado para novos participantes) e o Plano de Benefícios II, na modalidade de Contribuição Variável – CV. Os planos de benefícios são registrados na PREVIC sob os seguintes números de Cadastro Nacional de Plano de Benefício - CNPB:

CNPB	Sigla do Plano
19790012-19	Plano de Benefícios I
20010024-83	Plano de Benefícios II

Na tabela a seguir demonstramos a evolução dos participantes, por planos de benefícios e no total, nos últimos cinco anos. No grupo assistidos, além dos aposentados estão sendo considerados todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão (grupo familiar).

Ano	Plano de Benefício I				Plano de Benefício II				Total Geral
	Ativos	BPD <sup>(1)</sup>	Assistidos	Total PB I	Ativos	BPD <sup>(1)</sup>	Assistidos	Total PB II	
2013	198	2	382	582	299	1	3	303	885
2014	192	-	387	579	315	1	3	319	898
2015	183	-	393	576	325	1	8	334	910
2016	182	-	389	571	337	1	13	351	922
2017	111	-	453	564	344	1	13	358	922

(1) Benefício Proporcional Diferido

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis de 2017 e 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, ex-Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC e pela Secretaria da Previdência Complementar – SPC, hoje denominada Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, dentre estas, em especial, a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, da SPC e suas alterações. A Resolução CNPC nº 8 e suas alterações, determina que as Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, serão compostas pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS Consolidada, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT, por plano de benefício previdencial.

A autorização para conclusão destas Demonstrações Contábeis foi dada pela Diretoria Executiva do ISBRE em reunião do 06/03/2018.

### 2.1 Consolidação das Demonstrações

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e a Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 (ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e alterações.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis do ISBRE foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Ativo	Em milhares de reais		
	PB I	PB II	CONSOLIDADO
Gestão administrativa - participação no PGA	2.067	1.323	(3.390)
	<u>2.067</u>	<u>1.323</u>	<u>(3.390)</u>
<b>Passivo</b>			
Fundos - participação no fundo administrativo	(2.067)	(1.323)	3.390
	<u>(2.067)</u>	<u>(1.323)</u>	<u>3.390</u>

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas estão a seguir descritas.

#### 3.1 ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL E ADMINISTRATIVA

São apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

#### 3.2 ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

##### a) Renda fixa e renda variável

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar, por meio da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, estabeleceu critérios para o registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber:

**Títulos para negociação:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

**Títulos mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

##### b) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, os quais são ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente dos imóveis fixados em seus respectivos laudos de avaliação/reavaliação.

Os imóveis são reavaliados periodicamente, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com conta de resultado.

##### c) Operações com Participantes

Referem-se a empréstimos concedidos a participantes, registrados ao valor concedido, acrescido dos rendimentos dos respectivos contratos auferidos até a data do balanço.

#### 3.3 ATIVO PERMANENTE

Os bens do Imobilizado encontram-se demonstrados pelo respectivo custo de aquisição, ajustado pelas movimentações de aquisições e baixas no período e pelas depreciações calculadas pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na Nota 6.

O Intangível e o Diferido são demonstrados pelo custo de aquisição dos softwares, ajustado pelas aquisições e baixas no período e pelas amortizações calculadas pelo método linear, com base na taxa de 20% ao ano.

#### 3.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

### 3.5 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As contas sujeitas a estimativas tiveram seu valor apurado a partir de fatores objetivos e subjetivos, estes últimos com base no julgamento da Administração sobre a sua adequação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente os passivos relacionados a reservas matemáticas e contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### 3.6 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios, exceto para as contribuições referentes ao 13º salário dos ativos e abono anual dos inativos. Conforme estabelece o Anexo B da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e o item 8.2 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, as contribuições referentes ao 13º salário dos ativos e o abono anual dos inativos, tanto do Plano e Benefícios I como do Plano de Benefícios II estão registradas pelo regime de caixa. Registre-se ainda, que, para fins do que estabelece o Anexo B da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as contribuições dos participantes assistidos relativas ao PB I estão incluídas no cálculo das Reservas Matemáticas.

### 3.7 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas do ISBRE são suportadas por contribuições específicas, denominadas taxas de administração e/ou de carregamento, as quais são estabelecidas anualmente pelo Conselho Deliberativo da Fundação com base nos resultados da Avaliação Atuarial, e pelo Fundo Administrativo, formado com eventuais saldos positivos obtidos das diferenças entre os custos efetivos e as referidas contribuições específicas.

### 3.8 TRANSFERÊNCIAS E FLUXO DE RECURSOS

Os critérios utilizados nas transferências interplanos e o fluxo de valores entre a Gestão Previdencial e Administrativa e os Investimentos, foram:

#### a) Gestão Previdencial

Recebe fluxo de recursos do resultado dos investimentos, deduzido o valor transferido para custear as despesas administrativas (taxa de administração) e transfere recursos para o Plano de Gestão Administrativa (carregamento) para o custeio da administração previdencial.

#### b) Gestão Administrativa

Recebe recursos transferidos da Gestão Previdencial dos planos de benefícios, para cobertura de despesas administrativas (carregamento), conforme previsto no Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. Recebe ainda, valores transferidos dos investimentos dos planos de benefícios para custear as despesas administrativas dos mesmos (taxa administrativa), além do resultado dos investimentos do Fundo Administrativo.

#### c) Investimentos

As receitas dos investimentos mensais líquidas de cada plano de benefícios, depois de deduzido o valor da taxa de administração dos investimentos, são enviadas para a Gestão Previdencial. Já o resultado dos investimentos administrativos é transferido para o Plano de Gestão Administrativa.

## 4. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	Em milhares de reais	
	2017	2016
Depósitos Judiciais	2.975	3.948
Depósitos Recursais	145	180
	<u>3.120</u>	<u>4.128</u>

Os valores dos Depósitos Judiciais se referem a depósitos para garantia de execução e os Depósitos Recursais servem para interpor recursos das ações judiciais movidas por participantes contra o ISBRE. A integralidade destes valores se refere ao Plano de Benefícios I.

## 5. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Os investimentos consolidados estão demonstrados no quadro abaixo. Os investimentos abertos por Plano de Benefícios estão demonstrados na nota 12.



Descrição	Em milhares de reais	
	2017	2016
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>		
Certificados de Depósitos Bancários	1.648	1.648
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.648)	(1.648)
	-	-
<b>Ações</b>		
Carteira Própria	225	266
	<b>225</b>	<b>266</b>
<b>Fundos de Investimentos</b>		
Renda Fixa	590.019	585.776
Ações	28.649	20.862
Multimercado	384.465	295.089
Participações	3.358	2.863
	<b>1.006.491</b>	<b>904.590</b>
<b>Investimentos Imobiliários</b>		
Aluguéis para Renda		
Edificações Locadas ao Patrocinador	5.756	5.913
	<b>5.756</b>	<b>5.913</b>
Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários	11.033	11.439
	<b>11.033</b>	<b>11.439</b>
	<b>16.789</b>	<b>17.352</b>
<b>Operações com Participantes</b>		
Empréstimos Simples	8.783	10.748
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(184)	(78)
	<b>8.599</b>	<b>10.670</b>
	<b>1.032.104</b>	<b>932.878</b>

O Custodiante do ISBRE é o Banco Itaú Unibanco S.A., o qual é também responsável pela prestação de serviços de controladoria e precificação dos fundos de investimentos e pelo cálculo das cotas dos fundos exclusivos.

#### 5.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa registra os valores necessários para cobrir os riscos de perda referentes a aplicações financeiras, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. O valor da provisão de perda em Certificados de Depósitos Bancários é referente a aplicações entre 1995 e 1999 em CDBs dos bancos Banesa, Seller e Crefisul. Tendo em vista dos valores serem anteriores a aprovação do Plano de Benefícios II, estão lançados na sua totalidade no Plano de Benefícios I. Os valores de perda com Operações com Participantes referem-se aos dois planos de benefícios e estão demonstrados no item 5.5 abaixo.

#### 5.2 Ações (Carteira Própria)

Na Carteira Própria (Ações – Mercado à Vista) estão registrados os valores referentes ao saldo de ações atualmente sem negociação em Bolsa de Valores, precificadas pelo seu valor patrimonial. As demais aplicações em Renda Variável, conforme a Política de Investimentos do ISBRE são feitas via Fundos de Investimento.

#### 5.3 Fundos de Investimentos

##### 5.3.1 Gestão de Investimentos

Atualmente, a estrutura operacional de gestão dos recursos em mercado está composta da seguinte forma:

Fundos	Gestor	Em milhares de reais	
		2017	2016
<b>Fundos Exclusivos</b>			
<b>Renda Fixa</b>			
Minuano FI Renda Fixa	Votorantim Asset Management	224.737	231.563
Xavante FI Renda Fixa	Votorantim Asset Management	336.335	331.691
Caingangue FI Renda Fixa	Votorantim Asset Management	27.906	22.522
		<b>588.978</b>	<b>585.776</b>

<b>Multimercado</b>			
Bahia AM Charrua FI Multimercado	Bahia Asset Management	360.903	295.089
		<u>360.903</u>	<u>295.089</u>
<b>Fundos Abertos</b>			
<b>Renda Fixa</b>			
Votorantim Soberano FI RF Ref.DI	Votorantim Asset Management	1.041	-
		<u>1.041</u>	<u>-</u>
<b>Multimercado</b>			
SPX Nimitz Estruturado FIC MM	SPX Capital	23.562	-
		<u>23.562</u>	<u>-</u>
<b>Ações</b>			
JGP Long Only Institucional FIA	JGP Gestão de Recursos Ltda	13.536	9.896
Brasil Plural FIC Fundo de Ações	Brasil Plural Gestão de Recursos	-	5.938
JGP Explorer Institucional FIA	JGP Gestão de Recursos Ltda	-	5.028
Ibiuna Equities 30 FIC Ações	Ibiuna Investimentos	5.039	-
Oceana Valor FIC Ações	Oceana Investimentos	1.246	-
Oceana Selection FIC Ações	Oceana Investimentos	6.249	-
Oceana Valor 30 FIC Ações	Oceana Investimentos	2.579	-
		<u>28.649</u>	<u>20.862</u>
<b>Fundo de Participações</b>			
Brasil Energia Renovável FIP	Brasil Plural Gestão de Recursos	3.358	2.863
		<u>3.358</u>	<u>2.863</u>
		<u>1.006.491</u>	<u>904.590</u>

No exercício de 2017, o Fundo de Renda Variável JGP Explorer Institucional FIA foi incorporado ao Fundo JGP Long Only Institucional FIA. O PGA que, após a mudança no modelo de segregação, ocorrida em 01/11/2016, havia optado por ser cotista apenas do Minuano FI Renda Fixa passou, após estudos de simulação de impacto de alterações de taxas de juros nos resultados dos investimentos do Plano em diferentes horizontes de tempo, a alocar 50% dos seus recursos no fundo Votorantim Soberano FI Renda Fixa Referenciado DI, com o objetivo de diminuir a volatilidade gerada pelos ativos marcados a mercado do Minuano FI Renda Fixa, se adequando melhor as características do seu passivo e as restrições de liquidez. Os Planos PBI e PBII, após análise quantitativa de desempenho dos gestores de renda variável e estudos de otimização de alocação nesse segmento, e considerando as performances apresentadas pelos fundos Brasil Plural FIC Ações e JGP Long Only Institucional FIA, realizaram o resgate total do Fundo Brasil Plural FIC Ações e o resgate parcial do Fundo JGP Long Only Institucional FIA para aplicação nos Fundos Ibiuna Equities 30 FIC Ações, Oceana Valor FIC Ações, Oceana Selection FIC Ações e Oceana Valor 30 FIC Ações. O segmento de investimentos estruturados, com base em estudos e na margem disponível para alocação em fundos Multimercado, aumentou sua exposição nessa classe de ativos através da alocação adicional no fundo SPX Nimitz Estruturado FIC Multimercado.

### 5.3.2 Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários do ISBRE em 31 de dezembro de 2017 estão registrados e classificados como demonstrado abaixo:

#### Plano de Benefícios I

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
<b>Renda Fixa</b>			
<b>Títulos para negociação (valor de mercado)</b>			
LFT	34.666	36.194	Até 360 dias
LFT	8.776	8.808	Acima de 360 dias
NTN-B	281.810	321.776	Acima de 360 dias
Títulos compromissados (Over)	67.125	67.143	Prazo indeterminado
Fundos Multimercado	-	59.351	Prazo indeterminado
Fundo de Ações	36.009	51.077	Prazo indeterminado
	<u>428.386</u>	<u>544.349</u>	
<b>Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)</b>			
NTN-B	270.810	315.536	Acima de 360 dias

	<u>270.810</u>	<u>315.536</u>	
Contas a Pagar/Receber	-	3.651	
Tesouraria	-	44	
<b>Total Renda Fixa</b>	<b><u>699.196</u></b>	<b><u>863.580</u></b>	
<b>Renda Variável</b>			
<b>Títulos para negociação (valor de mercado)</b>			
Ações não negociadas em bolsa	25	208	Prazo indeterminado
Fundo de Ações – FIA	15.539	26.483	Prazo indeterminado
<b>Total Renda Variável</b>	<b><u>15.564</u></b>	<b><u>26.691</u></b>	
<b>Investimentos Estruturados</b>			
Fundos de Investimento em Participações	6.560	3.102	Prazo indeterminado
Fundos de Investimento em Multimercado	20.000	20.851	Prazo indeterminado
<b>Total Investimentos Estruturados</b>	<b><u>26.560</u></b>	<b><u>23.953</u></b>	
<b>Total dos Investimentos Mobiliários</b>	<b><u>741.320</u></b>	<b><u>914.224</u></b>	
NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B LFT – Letra do Financeira do Tesouro FIA – Fundo de Investimentos em Ações			

Com referência aos títulos a serem mantidos até o vencimento, o Plano de Benefícios I possui capacidade financeira para mantê-los em carteira até o seu resgate. Em 31/12/2017, o valor de avaliação (mercado) desses títulos precificados na curva do papel, é de R\$ 340.898 mil (2016: 209.995 mil). Nesta data, o valor desses títulos, se marcados a mercado, é maior em R\$ 25.362 mil (2016: 12.979 mil).

#### Plano de Benefícios II

<u>Tipo de título</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Valor de avaliação</u>	<u>Em milhares de reais</u> <u>Faixas de vencimento</u>
<b>Renda Fixa</b>			
<b>Títulos para negociação (valor de mercado)</b>			
LFT	2.856	2.982	Até 360 dias
LFT	7223	726	Acima de 360 dias
NTN-B	32.495	37.892	Acima de 360 dias
Títulos compromissados (Over)	11.355	11.355	Prazo indeterminado
Fundos Multimercado	-	4.889	Prazo indeterminado
Fundo de Ações	2.966	4.208	Prazo indeterminado
	<u>50.395</u>	<u>62.052</u>	
<b>Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)</b>			
NTN-B	14.605	22.139	Acima de 360 dias
	<u>14.605</u>	<u>22.139</u>	
Contas a Pagar/Receber	-	294	Prazo indeterminado
Tesouraria	-	15	Prazo indeterminado
<b>Total Renda Fixa</b>	<b><u>53.195</u></b>	<b><u>84.500</u></b>	
<b>Renda Variável</b>			
<b>Títulos para negociação (valor de mercado)</b>			
Ações não negociadas em bolsa	2	17	Prazo indeterminado
Fundo de Ações – FIA	1.529	2.166	Prazo indeterminado
<b>Total Renda Variável</b>	<b><u>1.531</u></b>	<b><u>2.183</u></b>	
<b>Investimentos Estruturados</b>			
Fundos de Investimentos em Participações	540	255	Prazo indeterminado
Fundos de Investimentos em Multimercado	2.600	2.711	Prazo indeterminado
<b>Total Investimentos Estruturados</b>	<b><u>3.140</u></b>	<b><u>2.966</u></b>	
<b>Total dos Investimentos Mobiliários</b>	<b><u>57.866</u></b>	<b><u>89.649</u></b>	
NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B LFT – Letra do Financeira do Tesouro FIA – Fundo de Investimentos em Ações			

Com referência aos títulos a serem mantidos até o vencimento, o Plano de Benefícios II possui capacidade financeira para mantê-los em carteira até o seu resgate. Em 31/12/2017, o valor de avaliação (mercado) desses títulos precificados na curva do papel, é de R\$ 24.429 mil (2016: 21.522 mil). Em 31/12/2017, o valor desses títulos, se marcados a mercado, é maior em R\$ 2.290 mil (2016: 1.332 mil).

## Plano de Gestão Administrativa - PGA

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais	
			Faixas de vencimento	
<b>Renda Fixa</b>				
<b>Títulos para negociação (valor de mercado)</b>				
NTN-B	1.266	1.553	Acima de 360 dias	
Títulos compromissados (Over)	242	242	Prazo indeterminado	
Fundo de Renda Fixa	1.000	1.041	Até 360 dias	
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>2.508</b>	<b>2.836</b>		
Contas a Pagar/Receber		(2)		
Tesouraria		1		
<b>Total dos Investimentos</b>		<b>2.835</b>		

NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B

## 5.3.4 Ajuste dos Títulos Públicos Federais

A Previc emitiu em 04 de fevereiro de 2015 a Instrução nº 19, dispondo sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, bem como do ajuste de precificação de que trata a Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Este ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento (precificados pela curva do papel), calculados considerando a taxa real de juros de 4,40%a.a., utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil (com marcação pela curva do papel) desses títulos.

O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, deve ser evidenciado na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado (nota 9.3).

Conforme estabelece o item VI, § 4º do art. 9º da Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, nos quadros a seguir demonstramos o valor do ajuste de precificação.

Para a elaboração do ajuste do Plano de Benefícios I foi utilizada a totalidade dos títulos do plano com marcação pela curva do papel, conforme requisitos estabelecidos pelo artigo 9º da Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015. Já para o Plano de Benefícios II foi utilizada fração de todos os títulos mantidos até o vencimento, correspondente aos Benefícios Concedidos do plano.

## Plano de Benefício I

Ativo	Taxa aquisição % a.a	Vencimento	Quantidade	Valor papel na curva (contábil)	Valor a mercado	Em milhares de reais	
						Valor a taxa do passivo	Variação Curva x taxa do passivo
NTN-B	5,289003%	15/05/2023	6.000,00	18.954,11	19.608,69	19.715,89	761,78
NTN-B	5,675359%	15/05/2023	5.000,00	15.529,21	16.090,22	16.429,91	900,70
NTN-B	6,740083%	15/08/2024	4.619,00	13.815,96	15.100,99	15.591,45	1.775,49
NTN-B	7,089008%	15/08/2024	9.238,00	27.148,94	30.201,98	31.182,89	4.033,95
NTN-B	5,249519%	15/08/2026	5.000,00	16.290,11	16.475,28	17.213,13	923,02
NTN-B	5,337393%	15/08/2026	5.000,00	16.198,38	16.475,28	17.213,13	1.014,75
NTN-B	5,710364%	15/08/2026	5.000,00	15.816,50	16.475,28	17.213,13	1.396,63
NTN-B	6,076646%	15/08/2026	10.000,00	30.905,95	32.950,57	34.426,26	3.520,31
NTN-B	6,003098%	15/08/2026	5.000,00	15.525,08	16.475,28	17.213,13	1.688,05
NTN-B	6,999012%	15/08/2030	9.238,00	26.450,93	30.549,85	32.923,01	6.472,08
NTN-B	6,027480%	15/05/2035	5.000,00	15.280,89	16.396,50	18.187,01	2.906,12
NTN-B	6,129836%	15/08/2040	9.021,00	27.627,14	30.232,53	34.158,01	6.530,87
NTN-B	5,428963%	15/08/2040	5.000,00	16.644,85	16.756,75	18.932,49	2.287,64
NTN-B	6,395000%	15/05/2045	9.956,00	29.022,28	32.817,94	38.025,81	9.003,53
NTN-B	6,395000%	15/05/2045	10.403,00	30.325,31	34.291,39	39.733,08	9.407,77
			<b>103.475,00</b>	<b>315.535,64</b>	<b>340.898,53</b>	<b>368.158,33</b>	<b>52.622,69</b>

## Plano de Benefícios II

Ativo	Taxa aquisição % a.a	Vencimento	Quantidade	Valor papel na curva (contábil)	Valor a mercado	Em milhares de reais	
						Valor a taxa do passivo	Variação Curva x taxa do passivo
NTN-B	6,740083%	15/08/2024	25,36	75,85	77,54	85,60	9,75
NTN-B	7,089008%	15/08/2024	50,78	149,25	155,29	171,42	22,17
NTN-B	6,999012%	15/08/2030	50,79	145,41	157,08	180,99	35,58
NTN-B	6,129836%	15/08/2040	49,58	151,85	155,43	187,75	35,90
NTN-B	6,395000%	15/05/2045	54,72	159,52	168,72	209,01	49,49
NTN-B	6,395000%	15/05/2045	57,19	166,72	176,33	218,44	51,72
NTN-B	5,778637%	15/08/2050	50,79	162,88	159,50	199,70	36,82
NTN-B	5,949398%	15/08/2050	25,36	79,44	79,65	99,72	20,28
NTN-B	5,949427%	15/08/2050	25,36	79,43	79,65	99,72	20,29

7

NTN-B	6,427477%	15/08/2050	50,79	149,19	159,50	199,70	50,51
NTN-B	5,849735%	15/08/2050	15,49	49,19	48,02	60,91	11,72
			<u>456,21</u>	<u>1.368,73</u>	<u>1.416,71</u>	<u>1.712,96</u>	<u>344,23</u>

#### 5.4 Investimentos Imobiliários

##### 5.4.1 Edificações Locadas ao Patrocinador

Os valores dos Investimentos Imobiliários encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e vendas durante o exercício, além das reavaliações e depreciações.

Os valores das edificações são depreciados pela vida útil remanescente indicada nos respectivos Laudos de Avaliação.

No quadro abaixo demonstramos a depreciação no período, os valores dos imóveis para renda e os valores a receber dos referidos imóveis.

Descrição	Taxa % a.a	Em milhares de reais			
		2017		2016	
		Deprec.	Valor	Deprec.	Valor
<b>Imóvel</b>					
Rua Uruguai, 155 – 111 a 117	0,2778%	12	434	5	446
Rua Uruguai, 155 – 12º andar	0,2778%	83	2.988	26	3.071
Rua Uruguai, 167 – loja e s/loja	0,2778%	63	2.281	35	2.344
Valores de alugueis a receber		-	53		52
		<u>158</u>	<u>5.756</u>	<u>66</u>	<u>5.913</u>

##### 5.4.2 Alienação de Imóveis

No exercício de 2017 não foi vendido nenhum imóvel, apenas foram recebidos valores das vendas realizadas anteriormente, demonstrados no quadro abaixo.

##### 5.4.3 Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários

Demonstra os saldos das operações de venda de imóveis realizadas a prazo, os quais são corrigidos pela variação dos índices de inflação e juros convencionados nos respectivos Contratos de Promessa de Compra e Venda e/ou Escrituras. Por solicitação da compradora e após aprovado pelo Conselho Deliberativo na reunião de 14/12/2016, em dezembro de 2016 o contrato de promessa de compra e venda com a Companhia de Informática de Pelotas – Coinpel foi repactuado elevando os juros de 6% para 7% ao ano e acrescentando mais quinze parcelas no final do contrato original.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de reais	
		2017	2016
João Gualberto, 530/570	INPC + juros de 6% ao ano	10.826	11.150
Félix da Cunha, 610, Pelotas - RS	INPC + juros de 7% ao ano	207	289
		<u>11.033</u>	<u>11.439</u>

##### 5.4.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Estão provisionados os seguintes valores necessários para cobrir os riscos de perda relativos a aluguel, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Imóvel	Descrição	Em milhares de reais	
		2017	2016
São Luiz, 77 (1)	Multa rescisória	(621)	(621)
		<u>(621)</u>	<u>(621)</u>

(1) Em cobrança judicial.

##### 5.4.5 Segregação dos Imóveis nos Planos de Benefícios

Desde janeiro de 2013, conforme Voto nº 001/2013 – DIRSUP, para a segregação dos imóveis ficou estabelecido percentual fixo, conforme participação de cada plano no fechamento do balanço de 2012, isto é, 96,4051% para o PB I e 3,5949% para o PB II.

### 5.5 Operações com Participantes

Esta conta registra o saldo dos empréstimos concedidos em consignação aos Participantes Ativos e Assistidos do ISBRE. Os encargos financeiros praticados encontram-se explicitados nos respectivos instrumentos contratuais e são apropriados mensalmente ao resultado.

Indexador	Juros	Em milhares de reais	
		2017	2016
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7%	1.903	5.891
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	6%	6.880	4.857
		8.783	10.748
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(184)	(78)
		8.599	10.670

O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa das Operações com Participantes refere-se à inadimplência de empréstimos a participantes e beneficiários que vieram a falecer. Deste valor R\$ 13 mil são do Plano de Benefícios I e R\$ 171 mil do Plano de Benefícios II. A administração da entidade está tomando as providências jurídicas cabíveis para tentar a cobrança destes valores.

### 6. ATIVO PERMANENTE

Os valores do Ativo Permanente encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e baixas durante o exercício e são depreciados pelas taxas aprovadas em reunião da Diretoria Executiva do ISBRE, conforme ata nº 003/2016, de 03 de junho de 2016.

Descrição	Taxas depreciação % a.a	Em milhares de reais	
		2017	2016
<b>Imobilizado</b>			
Móveis e Utensílios	10%	39	21
Máquinas e Equipamentos	10%	38	42
Direitos de Uso de Telefones		2	2
Computadores e Periféricos	20%	269	214
Depreciação Acumulada		(195)	(215)
		153	64
<b>Intangível</b>			
Software	20%	436	321
Benfeitorias	20%	14	3
Amortização Acumulada		(231)	(169)
		219	155
<b>Diferido</b>			
Software	20%	66	73
Benfeitorias	20%	109	109
Amortização Acumulada		(175)	(182)
		-	-
		372	219

### 7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

#### 7.1 Gestão Previdencial

Além do saldo da provisão do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre benefícios pagos em dezembro do corrente exercício e que será recolhido em janeiro de 2018, esta conta registra o saldo de pecúlios a pagar e como "outras exigibilidades" valores devidos pelos planos de benefícios ao Plano de Gestão Administrativa referente cobertura de despesas administrativas, conforme previsto no Plano de Custeio.

#### 7.2 Gestão Administrativa

Registra as retenções sobre folhas de pagamento do mês de dezembro de 2017 e 13º salário, além do PIS e COFINS relativo a dezembro de 2017, além de provisões trabalhistas e outros valores a pagar conhecidos ou calculáveis até 31 de dezembro de 2017. As retenções e tributos serão recolhidos em janeiro de 2018.

### 7.3 Gestão de Investimentos

Demonstra a provisão de valores referente a despesa de custódia, IOF a Recolher sobre concessão de empréstimos e como "outras exigibilidades" valores devidos pelos planos de benefícios ao Plano de Gestão Administrativa referente taxa de administração dos investimentos, conforme previsto no Plano de Custeio.

### 7.4 Outras Exigibilidades

Em atendimento à letra "k" do item 30 do anexo A da Instrução nº 34 da SPC, de 24 de setembro de 2009, informamos a composição da conta "Outras Exigibilidades".

Descrição	Em milhares de reais	
	2017	2016
<b>Gestão Previdencial</b>		
Depósitos judiciais devidos a patrocinadora	51	-
Devolução de contribuições	-	4
Outros valores devidos entre planos	-	8
Custeio administrativo a pagar (carregamento)	293	254
	<u>344</u>	<u>266</u>
<b>Gestão Administrativa</b>		
Provisões trabalhistas	486	505
Provisões administrativas a pagar	84	47
	<u>570</u>	<u>552</u>
<b>Investimentos</b>		
Custeio administrativo a pagar (Taxa Administrativa)	511	424
	<u>511</u>	<u>424</u>
	<u>1.425</u>	<u>1.242</u>

## 8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

### 8.1 Gestão Previdencial

As provisões contingenciais previdenciais passivas foram calculadas conforme a Resolução CFC nº 1.180/09 e alterações, isto é, as ações judiciais que no entendimento das consultorias jurídicas representam risco de perda provável foram contabilizadas. Aquelas classificadas como possível perda não foram contabilizadas e estão divulgadas nesta Nota Explicativa.

As contingências são classificadas como prováveis quando a chance de o evento ocorrer é maior que 50%, e, como possível, quando o evento tem probabilidade menor do que 50% de ocorrer.

Descrição	Em milhares de reais	
	2017	2016
Provável (contabilizada)	6.026	7.418
Possível (não contabilizada)	2.581	2.234
	<u>8.607</u>	<u>9.652</u>

Os valores acima demonstram o impacto financeiro passado das ações judiciais no final do exercício, considerando 50% da probabilidade de cobrar a contribuição tanto do patrocinador como do participante.

### 8.2 Gestão Administrativa

Na área administrativa, o saldo de R\$ 1.435 mil (2016: R\$ 1.435 mil) representa a provisão relativa a ação judicial movida pelo ISBRE contra a Receita Federal do Brasil para recuperar pagamentos de PIS/PASEP e COFINS julgados indevidos. Conservadoramente, o ISBRE optou por fazer depósito judicial das contribuições tidas como devidas pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2017, os valores depositados em juízo somam R\$ 1.435 mil (2016: R\$ 1.435 mil).

Em 01/01/2015, entrou em vigor a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A nova legislação prevê a cobrança do PIS e COFINS sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, tendo sido publicada sob a égide da EC nº 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei nº 9.718/98, publicada anteriormente à EC nº 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços). Com isso, a partir de janeiro de 2015, passou-se a recolher PIS e COFINS normalmente, através de guia DARF. Os valores depositados em juízo acima mencionados continuarão sendo discutidos judicialmente.

## 9. PATRIMÔNIO SOCIAL

### 9.1 Premissas Atuariais

Conforme metodologia estabelecida pela Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 e Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, foi realizado o cálculo da "duration" do passivo. A média dos prazos do fluxo de pagamentos dos benefícios do Plano de Benefícios I ficou em 10,52 anos e para o Plano de Benefícios II em 13,40. De acordo com a Portaria Previc nº 375, de 17 de abril de 2017, para estas "durations" pode-se adotar taxa de juros entre 4,38% e 6,66% e 4,37% e 6,65% respectivamente. O Conselho Deliberativo da entidade, em reunião de 14 de setembro de 2017, baseado no relatório da avaliação atuarial realizado pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda, estabeleceu a taxa real de juros em 4,40% ao ano para os dois planos de benefícios.

### 9.2 Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas em bases atuariais e encontram-se fundamentadas em parecer atuarial específico para cada plano de benefícios. As hipóteses e premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2017 e a convergência da taxa de juros ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios estão detalhadamente descritas nos pareceres atuariais emitidos pela consultoria atuarial do ISBRE, Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2017, houve a alteração das premissas relativas à projeção de mortalidade: ambas consideram as mesmas tábuas adotadas no exercício anterior (AT-2000 Suavizada em 10% - Tábuas de Mortalidade e MI-85 - Tábua de Entrada em Invalidez), porém segregadas por sexo (masculino e feminino). Além disso, houve alteração da Taxa Real de Juros do plano, adotando-se a taxa de 4,40% a.a. em substituição à 4,75% a.a., utilizada no exercício anterior.

Estas hipóteses e premissas foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, na reunião realizada em 14 de setembro de 2017 e a avaliação atuarial do exercício foi aprovada em reunião do Conselho Deliberativo de 07 de dezembro de 2017.

O passivo atuarial, que é expresso pelas Provisões Matemáticas, está composto da seguinte forma:

#### Plano I – Benefício Definido

Descrição	Em milhares de reais	
	2017	2016
<b>Benefícios Concedidos</b>		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	594.209	457.177
Encargos Futuros	734.631	565.285
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(70.211)	(54.054)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(70.211)	(54.054)
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	57.550	48.962
Encargos Futuros	71.332	60.966
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(6.891)	(6.002)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(6.891)	(6.002)
	<u>651.759</u>	<u>506.139</u>
<b>Benefícios a Conceder</b>		
Benefício Definido Estruturado Regime de Capital. Programada	136.006	236.805
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	170.348	295.875
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(17.171)	(29.535)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(17.171)	(29.535)
Benefício Definido Estruturado Regime de Capital. não Programada	359	507
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	439	619
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(40)	(56)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(40)	(56)
	<u>136.364</u>	<u>237.312</u>
	<u>788.123</u>	<u>743.451</u>
<b>Plano II – Contribuição Variável</b>		
Descrição	2017	2016
<b>Benefícios Concedidos</b>		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	722	-
Encargos Futuros	722	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	5.086	4.838
Encargos Futuros	5.086	4.838
<b>Benefícios a Conceder</b>	80.821	64.763
Saldo de Contas – Parcelas Patrocinadoras	33.116	26.622

11



Saldo de Contas – Parcelas Participantes	47.705	38.141
	<u>86.629</u>	<u>69.601</u>
<b>Total Consolidado (PB I + PB II)</b>	<b><u>874.753</u></b>	<b><u>813.052</u></b>

### 9.3 Equilíbrio Técnico

O Superávit Técnico Acumulado do Plano de Benefícios I totalizou no final de 2017 R\$ 142.804 mil (2016: R\$ 106.397 mil). No exercício, o resultado foi superavitário em R\$ 36.407 mil (2016: superávit de R\$ 103.334 mil). Tal resultado adveio basicamente da boa performance dos investimentos no período.

No Plano de Benefícios II o superávit no final do exercício totalizou R\$ 402 mil (2016: 325 mil). No exercício, o resultado foi superavitário em R\$ 74 mil (2016: 328 mil). Tal resultado adveio basicamente da boa performance dos investimentos no período.

Conforme estabelece o artigo 11 da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, após realizado o cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento os planos apresentaram resultado ajustado conforme quadro abaixo.

Descrição	Em milhares de reais	
	2017	2016
<b>Plano de Benefícios I</b>		
<b>Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		
Resultado Realizado	142.804	106.397
Ajuste de Precificação	52.623	30.301
Equilíbrio Técnico Ajustado	195.427	136.698
<b>Plano de Benefícios II</b>		
<b>Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		
Resultado Realizado	402	328
Ajuste de Precificação	344	206
Equilíbrio Técnico Ajustado	746	534

### 9.4 Fundos

#### 9.4.1 Fundos Previdenciais

- Plano de Benefícios I

No Plano de Benefícios I, o Fundo Previdencial registra os valores tidos como necessários para suportar o impacto provável, nas Provisões Matemáticas (reservas), decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de mudanças nos avanços da carreira realizados pelo Patrocinador em 1994 (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômico-financeiras e demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando ainda as probabilidades de ocorrência de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

- Plano de Benefícios II

No Plano de Benefícios II, os Fundos Previdenciais de Variações Atuariais e de Benefícios de Risco estão constituídos com base nas regras e disposições regulamentares.

O Fundo de Variações Atuariais é constituído com: i) saldo das contas individuais, em caso de óbito do participante ativo; ii) saldo das contas individuais do participante que passar a receber benefício de aposentadoria por Invalidez; iii) saldo da conta CIV (Conta Individual Vinculada – Contribuição dos Patrocinadores) dos participantes que se retiram do plano exercendo a opção pelo resgate; e iv) saldo das contas individuais do participante sem beneficiários e sem herdeiros, e, revertido para suprir eventuais insuficiências decorrentes dos riscos atuariais

Já o Fundo de Benefícios de Risco é constituído por parte da contribuição dos patrocinadores definida na aprovação do custeio do plano de benefícios e revertido pelos pagamentos de Auxílios Doença e na constituição de Reservas de Benefícios Concedidos, quando da ocorrência de óbitos de participantes ativos. No corrente exercício não foram registrados óbitos (2016: um).

O quadro a seguir demonstra a composição do Fundo Previdencial de cada plano.

Descrição	Em milhares de reais					
	2017			2016		
	Plano I – BD	Plano II – CV	Consolidado	Plano I – BD	Plano II – CV	Consolidado
<b>Fundos Previdenciais</b>						
Variações Atuariais	-	1.246	1.246	-	1.099	1.099
Benefício de Risco	-	4.784	4.784	-	3.119	3.119
Fundo Previdencial	450	-	450	2.210	-	2.210
	<b>450</b>	<b>6.030</b>	<b>6.480</b>	<b>2.210</b>	<b>4.218</b>	<b>6.428</b>

#### 9.4.2 Fundo Administrativo

Para o Plano de Benefício I, a despesa administrativa é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 9% destas, além de taxa administrativa de 0,60% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores e pelos rendimentos do Fundo Administrativo do plano. Havendo sobras ou insuficiência, entre este valor e a despesa administrativa realizada, será constituído ou revertido Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2017, acumula um saldo de R\$ 2.067 mil (2016: R\$ 1.245 mil).

Para o Plano de Benefícios II, até 2016 toda despesa administrativa do ano foi suportada pelo Fundo Administrativo. A partir do exercício de 2017, a despesa administrativa é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 4% destas, além de taxa administrativa de 0,60% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores e pelos rendimentos do Fundo Administrativo do plano. Havendo sobras ou insuficiência, entre este valor e a despesa administrativa realizada, será constituído ou revertido Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2017, acumula um saldo de R\$ 1.323 mil (2016: R\$ 942 mil).

## 10. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos de Benefícios I (BD) e II (CV) foi adotado o seguinte critério, constante no regulamento do PGA:

- **Pessoal e Encargos**

Constitui Despesa Administrativa Previdencial o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área previdencial, inclusive a Diretoria e Gerência Administrativa e de Previdência. São Despesas Administrativas de Investimento os dispêndios totais com os funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área de investimentos, inclusive a Diretoria e Gerência Financeira e de Investimentos. As demais áreas, como Contabilidade, Tesouraria, Informática, Secretaria e RH, têm seu custo total rateado na razão de 50% para a Área Administrativa e 50% para a Área de Investimentos.

- **Serviços de Terceiros**

Constituem Despesas Administrativas Previdenciais os serviços prestados exclusivamente para a Área Previdencial, tais como a consultoria atuarial. Por sua vez, são Despesas Administrativas de Investimentos os serviços prestados exclusivamente para a Área de Investimentos, tais como consultorias de investimentos, custódia de valores e outros diretamente relacionados com os investimentos. As demais despesas com serviços de terceiros, comuns à Administração Previdencial e de Investimentos, tais como serviços jurídicos, auditoria externa e outros, têm seu custo total rateado na razão de 50% para cada uma das áreas.

- **Despesas Gerais**

As Despesas Gerais, tais como Treinamento, Viagens e Assinaturas e Mensalidades são alocadas nas respectivas áreas conforme o objetivo do treinamento, viagem ou assinatura. As despesas comuns, tais como Aluguel, Condomínio, Luz e Telefone, entre outras, são rateadas na razão de 50% para a Administração Previdencial e 50% para a Área de Investimentos.

- **Rateio entre PB I e PB II**

As despesas administrativas específicas são alocadas diretamente a cada plano e as despesas administrativas comuns são rateadas para cada plano de benefícios proporcionalmente ao patrimônio do mesmo.

## 11. TRANSFERÊNCIAS

### 11.1 Transferências Interplanos

Conforme estabelece a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a qual entrou em vigor a partir de 16 de dezembro de 2011, e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, foi constituído o Plano de Gestão

Administrativa – PGA. O regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE em 08 de dezembro de 2009, estabelece que esse órgão deliberativo, na aprovação do Orçamento e do Plano de Custeio Anual, indica as fontes de custeio para o PGA.

Para o exercício de 2017, o Conselho Deliberativo estabeleceu as seguintes fontes de custeio para as despesas administrativas da entidade: PB I, taxa de carregamento de 9% das contribuições dos Patrocinadores e Participantes e taxa de administração de 0,60% a.a. sobre os Recursos Garantidores. Para o PB II, taxa de carregamento de 4% das contribuições dos Patrocinadores e Participantes e taxa de administração de 0,60% a.a. sobre os Recursos Garantidores.

Abaixo demonstramos o total das despesas com a gestão da entidade e as transferências de recursos entre os planos de benefícios I e II para o PGA, bem como a constituição ou reversão de Fundo Administrativo.

Descrição	Em milhares de reais	
	2017	2016
<b>Plano de Benefícios I</b>		
Despesa Administrativa no exercício	(6.376)	(6.508)
Carregamento (transferência 9% contribuições p/ PGA)	1.625	1.570
Taxa Administrativa (transferência 0,60% dos Recursos Garantidores para o PGA)	5.438	4.848
Rendimento do Fundo Administrativo	135	278
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	(822)	(188)
<b>Plano de Benefícios II</b>		
Despesa Administrativa no exercício	(601)	(515)
Carregamento (transferência 9% contribuições p/ PGA)	384	-
Taxa Administrativa (transferência 0,60% dos Recursos Garantidores para o PGA)	502	4.848
Rendimento do Fundo Administrativo	96	274
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	(381)	241
<b>Consolidado</b>		
Despesa Administrativa no exercício	(6.977)	(7.023)
Carregamento (transferência 9% contribuições p/ PGA)	2.009	1.570
Taxa Administrativa (transferência 0,60% dos Recursos Garantidores para o PGA)	5.940	4.848
Rendimento do Fundo Administrativo	231	552
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	(1.203)	53

#### 11.2 Fluxos dos Investimentos e Destinação dos Resultados

Após deduzido o custo com a gestão, o resultado dos investimentos de cada plano foi transferido para a Gestão Previdencial, sendo R\$ 119.635 mil (2016: 166.372 mil) para o Plano de Benefícios I e R\$ 10.330 mil (2016: 13.132 mil) para o Plano de Benefícios II.

Por fim, após apuração do resultado da Gestão Previdencial do Plano de Benefícios I, superávit de R\$ 36.407 mil (2016: R\$ 103.334 mil), este foi transferido para o Passivo na conta Superávit Técnico, que em dezembro de 2017 chegou ao montante de R\$ 142.804 mil (2016: R\$ 106.396 mil) e o Plano de Benefícios II, por sua vez, apresentou, no exercício, superávit de R\$ 74 mil (2016: R\$ 328 mil), transferido para o Passivo na conta Superávit Técnico, que em dezembro de 2017 acumulou R\$ 402 mil (2016: R\$ 328 mil). O superávit apresentado pelo Plano de Benefícios II, ocorreu pela diferença do resultado dos investimentos referentes a parte das Reservas dos Benefícios Concedidos e a atualização destas (variação do INPC), já que a parte das Reservas dos Benefícios a Conceder e os Fundos Previdenciais são atualizados pelo rendimento dos investimentos (variação da cota do plano).

## 12. SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Para que fosse possível alocar os recursos de cada plano de acordo com suas especificidades e características de suas obrigações, na busca da manutenção do equilíbrio entre os seus ativos e passivos, desde 01/11/2016, a totalidade dos recursos, tanto dos Planos de Benefícios (PB I e PB II) como do Plano de Gestão Administrativa (PGA) são registrados de forma real. Tal metodologia permite a elaboração de Políticas de Investimentos customizadas para cada Plano, possibilitando adequar a alocação de acordo com os estudos de ALM individuais, evitando descompassos na distribuição temporal dos fluxos de ativos e passivos.

A seguir demonstramos a segregação dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Descrição	2017				Em milhares de reais 2016			
	Plano I - BD	Plano II - CV	PGA	Consolidado	Plano I - BD	Plano II - CV	PGA	Consolidado
	<b>Ativo</b>							
<b>Disponível</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>13</b>
<b>Realizável</b>	<b>939.304</b>	<b>93.167</b>	<b>5.169</b>	<b>1.037.640</b>	<b>861.014</b>	<b>74.156</b>	<b>4.107</b>	<b>939.277</b>
Previdencial	3.203	-	-	3.203	4.193	-	-	4.193
Administrativo	-	-	2.333	2.333	-	-	2.206	2.206
<b>Investimentos</b>	<b>936.101</b>	<b>93.167</b>	<b>2.836</b>	<b>1.032.104</b>	<b>856.821</b>	<b>74.156</b>	<b>1.901</b>	<b>932.878</b>
Ações – Carteira Própria	208	17	-	225	246	20	-	266
Fundos de Investimentos	914.021	89.634	2.836	1.006.491	831.848	70.841	1.901	904.590
Renda Fixa	530.150	57.033	2.836	590.019	537.299	46.576	1.901	585.776
Ações	26.483	2.166	-	28.649	19.274	1.588	-	22.862
Multimercado	354.286	30.179	-	384.465	272.630	1.588	-	295.089
Participações	3.102	256	-	3.358	2.645	218	-	2.863
Imóveis	16.185	604	-	16.789	16.728	624	-	17.352
Aluguel	5.549	207	-	5.756	5.700	213	-	5.913
Vendidos a Prazo	10.636	397	-	11.033	11.028	411	-	11.439
Empréstimos	5.687	2.912	-	8.599	7.999	2.671	-	10.670
<b>Permanente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>372</b>	<b>372</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>219</b>	<b>219</b>
	<b>939.307</b>	<b>93.173</b>	<b>5.543</b>	<b>1.038.023</b>	<b>861.019</b>	<b>74.162</b>	<b>4.328</b>	<b>939.509</b>
<b>Passivo</b>								
<b>Exigível Operacional</b>	<b>1.904</b>	<b>111</b>	<b>718</b>	<b>2.733</b>	<b>1.543</b>	<b>15</b>	<b>706</b>	<b>2.265</b>
Previdencial	1.431	63	-	1.494	1.112	13	-	1.125
Administrativo	-	-	717	717	-	-	701	702
Investimentos	473	48	1	522	431	2	5	438
<b>Exigível Contingencial</b>	<b>6.026</b>	<b>-</b>	<b>1.435</b>	<b>7.461</b>	<b>7.418</b>	<b>-</b>	<b>1.435</b>	<b>8.853</b>
Previdencial	6.026	-	-	6.026	7.418	-	-	7.418
Administrativo	-	-	1.435	1.435	-	-	1.435	1.435
<b>Patrimônio Social</b>	<b>931.377</b>	<b>93.062</b>	<b>3.390</b>	<b>1.027.829</b>	<b>852.058</b>	<b>74.147</b>	<b>2.187</b>	<b>852.058</b>
<b>Patrimônio Cobertura Plano</b>	<b>930.927</b>	<b>87.032</b>	<b>-</b>	<b>1.017.959</b>	<b>849.848</b>	<b>69.929</b>	<b>-</b>	<b>919.777</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>788.123</b>	<b>86.630</b>	<b>-</b>	<b>874.753</b>	<b>743.451</b>	<b>69.601</b>	<b>-</b>	<b>813.052</b>
Benefícios Concedidos	651.759	5.809	-	657.568	506.139	4.838	-	510.977
Benefícios a Conceder	136.364	80.821	-	217.185	237.312	64.763	-	303.075
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>142.804</b>	<b>402</b>	<b>-</b>	<b>143.206</b>	<b>106.397</b>	<b>328</b>	<b>-</b>	<b>106.725</b>
<b>Fundos</b>	<b>450</b>	<b>6.030</b>	<b>3.390</b>	<b>9.870</b>	<b>2.210</b>	<b>4.218</b>	<b>2.187</b>	<b>8.615</b>
Previdencial	450	6.030	-	6.480	2.210	4.218	-	6.428
Administrativo	-	-	3.390	3.390	-	-	2.187	2.187
PB I	-	-	2.067	2.067	-	-	1.245	1.245
PB II	-	-	1.323	1.323	-	-	942	942
	<b>939.307</b>	<b>93.173</b>	<b>5.543</b>	<b>1.038.023</b>	<b>861.019</b>	<b>74.162</b>	<b>4.328</b>	<b>939.509</b>

### 13. ATIVO CONTINGENCIAL

O ISBRE, atendendo ao artigo 7º do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, entre novembro de 1986 e setembro de 1987, adquiriu compulsoriamente Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND no valor de 30% das Reservas Matemáticas. Tal Fundo era gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Conforme artigo 10º da Lei nº 7.738, de 09 de março de 1989, estes títulos deveriam ser corrigidos pela OTN até janeiro de 1989 e pela variação do IPC a partir de fevereiro de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei nº 8.177, de 04 de março de 1991, artigo 38, estes títulos passaram a ser reajustados pela Taxa Referencial – TR. Entretanto, o gestor corrigiu as OFNDs pela BTN no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, em vez do IPC.

O ISBRE é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, objetivando o recálculo relacionado à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Em 31/12/2010, através de Medida Provisória 517/10, posteriormente convertida na Lei 12.431/11, o FND foi extinto, passando a União Federal sua sucessora em todos os direitos e obrigações. Por esta razão, e apesar da condenação ter sido imposta originalmente ao FND, foi a execução direcionada à sua sucessora, a União Federal.

Após 20 anos de tramitação do processo, em 30 de junho de 2011, a ABRAPP deu início à execução de sentença do débito principal, solicitando a execução coletiva da sentença. Entretanto, o juiz do 1º grau e o TRF da 2ª região, decidiram que a execução de sentença deveria ser proposta individualmente pelas entidades. Em 27 de novembro de 2015 a ABRAPP, em atenção ao TRF da 2ª região, entrou com AÇÃO DE LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS DE TÍTULO JUDICIAL oriundo do Processo nº 0123902-36.1991.4.02.5101 (antigo 91.0123902-3) que teve curso na 23ª Vara Federal pela Autora contra a UNIÃO FEDERAL, do grupo de associadas em que o ISBRE faz parte.

Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28 de setembro de 2008, o valor correspondente a essa ação não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências categóricas quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução). À luz da Resolução CFC 1.180/09, a entidade não deve, em princípio, reconhecer nas demonstrações contábeis a existência de um ativo contingente, reconhecendo apenas quando for provável a entrada dos recursos econômicos. Em 14 de outubro de 2011, a Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC, órgão de controle e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, encaminhou o ofício nº 4679/2011/CGMC/DIACI determinando que não se efetuasse o registro contábil desse ativo contingencial até não se ter a certeza da entrada destes recursos.

---

Argus Ruy Guex de Oliveira  
Diretor Presidente, Administrativo  
e de Previdência  
CPF 176.060.390-20

---

Luiz Rogério Isotton  
Diretor Financeiro e de  
Investimentos  
CPF 676.102.770-53

---

Hilário Todeschini  
Contador - CRC/RS  
40.688  
CPF 337.171.250-87

## PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I



MIRADOR 0217/2018

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2018

Ao  
 Ilmo Sr. Argus Ruy Gues de Oliveira  
 M.D. Diretor Presidente da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE  
 Rua Uruguai, 155/14º andar  
 Nesta Capital

**Ref.: PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I (BD)**

### 1 OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios I (PB-I) gerido pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo "c" da Resolução CNPC nº 08/2011, bem como no artigo 2º da Instrução Normativa Previc nº 13/2014.

### 2 BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2017, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2017, encontravam-se cadastrados no PB-I:

Participantes	dez/17
Ativos	111
Participantes em BPD	0
Assistidos	453
<i>Aposentadoria por Tempo de Contribuição</i>	341
<i>Aposentadoria por BPD</i>	2
<i>Aposentadoria por Invalidez</i>	13
<i>Aposentadoria por Idade</i>	8
<i>Pensionistas</i>	89
<b>Total</b>	<b>564</b>

### 3 METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o PB-I é classificado dentro da modalidade de Plano de Benefício Definido. Os benefícios de aposentadorias (inclusive por invalidez), pensão e pecúlio foram estruturados sob o regime financeiro de Capitalização



Página 1

Rua Riachuelo, 1038/906 | CEP 90010-272 | Porto Alegre - RS | Fone/Fax: (51) 3228-6991 | www.mirador-atuarial.com.br

utilizando o método do Prêmio Nivelado Individual. Já os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão, em função de suas características, foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição Simples.

### 3.1 Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2017

- Taxa Real de Juros: 4,40% a.a.
- Teto de Benefício hipotético do INSS: R\$ 5.198,59
- Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até a sua concessão): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 (suavizada em 10%) segregada por sexo
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85 segregada por sexo
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: 98,2%
- Taxa de Carregamento: 9% (percentual incidente sobre a soma das contribuições)
- Taxa de Administração: 0,60% (percentual anual incidente sobre os recursos garantidores)
- Plano de custeio (ativos): 17,00% do valor da suplementação projetada (paritário)
- Plano de custeio (assistidos): 11,30% do valor da suplementação (paritário)

### 3.2 Testes de adequação das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2017 foram realizados os estudos de adequação das hipóteses (premissas) utilizadas no PB-I. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Crescimento de Salários/Benefícios, Composição Familiar e Taxa Real de Juros.

Os estudos de adequação das hipóteses (premissas) foram realizados em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, quando da realização de estudos técnicos de que tratam os itens 2.4 e 4.1 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e foram apresentados nas correspondências MIRADOR 0821/17 (hipóteses biométricas, demográficas e econômicas) e MIRADOR 0857/17 (Taxa Real de Juros).



### 3.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2017, houve a alteração das premissas relativas à projeção de mortalidade: ambas consideram as mesmas tábuas adotadas no exercício anterior (AT-2000 Suavizada em 10% e MI-85, respectivamente), porém segregadas por sexo (masculino e feminino). Além disso, houve alteração da Taxa Real de Juros do plano, adotando-se a taxa de 4,40% a.a. em substituição à 4,75% a.a., utilizada no exercício anterior.

## 4 SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

A situação financeira-atuarial do PB-I ao término do exercício social de 2017, mais precisamente na data base de 31/12/2017, é apresentada abaixo.

	(em R\$)
<b>Patrimônio de Cobertura</b>	<b>930.927.265,16</b>
Provisões Matemáticas	788.123.343,78
(+) Passivo Atuarial	788.123.343,78
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	<b>142.803.921,38</b>
(+) Ajuste de Precificação	52.622.686,98
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	<b>195.426.608,36</b>

Conforme demonstrado no quadro acima, o plano apresenta, em 31/12/2017, um superávit técnico acumulado de R\$ 142.803.921,38, equivalente a 18,12% das provisões matemáticas do plano estruturadas na modalidade benefício definido. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado em R\$ 52.622.686,98, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 195.426.608,36.

Considerando o disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário do plano de benefícios deve ser destinado à constituição da Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios contratados em face de eventos futuros e incertos, até o limite calculado em função da duração do passivo do plano. No caso do PB-I, em que a duração do passivo é de 10,52 anos, em 31/12/2017, o citado limite é de 20,52% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido - BD, o que equivale a um limite de R\$ 161.722.910,14. Estando o resultado superavitário do PB-I abaixo desse limite, o superávit acumulado do plano de R\$ 142.803.921,38 deve ser integralmente contabilizado como Reserva de Contingência.





## 5 RENTABILIDADE LÍQUIDA DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos investimentos do PB-I no exercício de 2017 foi de 14,87%, sendo que a rentabilidade líquida da taxa de administração e despesas diretas de investimentos foi de 14,19%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o PB-I deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida da Taxa Real de Juros do plano. Tal indicador, considerando a Taxa Real de Juros definida como meta na avaliação atuarial do exercício anterior (Setembro/2016), totalizou em 6,92%, o que significa dizer que a rentabilidade líquida auferida foi de 7,27 pontos percentuais acima desse indicador. Considerando ainda que no exercício de 2017 foi realizada a alteração da Taxa de Juros Real, de 4,75% a.a. para 4,40% a.a., e que o reflexo dessa alteração nas Provisões Matemáticas foi reconhecido na posição patrimonial do plano em 30.11.2017, sendo desde então adotada a nova taxa de juros real nos cálculos das Provisões, a meta atuarial ponderada para o exercício de 2017 resultou em 6,86%. Portanto, pode-se constatar que a rentabilidade líquida auferida no exercício ficou bem acima da rentabilidade necessária para manutenção do equilíbrio-técnico do plano, correspondendo a um atingimento de mais do que o dobro da meta estabelecida.

A rentabilidade dos investimentos acima da meta atuarial pode ser explicada pelos seguintes fatores: 72,7% do resultado adveio do mercado de taxas de juros marcadas a mercado, a posição aplicada em títulos indexados à inflação marcou na curva contribuiu 15,7% do resultado, a exposição juros pós fixados, por 6,9%, e as aplicações em renda variável, por 3,2% do resultado. Por fim, acrescenta-se os investimentos realizados pela Entidade em fundos de participação, imóveis e empréstimos a participantes que, somados, contribuíram com aproximadamente 1,5% do resultado dos investimentos.

## 6 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2017 as despesas administrativas do PB-I totalizaram R\$ 6.375.786,67, que corresponde a 0,68% dos recursos garantidores do plano no dia 31/12/2017. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do PB-I. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do PB-I se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

## 7 FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-I. Em 31/12/2017, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 2.067.225,34. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-I utilize ao longo do ano de 2018 as seguintes fontes de custeio administrativo:





- Taxa de Carregamento: 9,00% (nove por cento) dos valores das receitas contributivas;
- Taxa de Administração: indica-se a redução da taxa de administração, de 0,6% a.a. para 0,50% a.a (zero vírgula cinquenta por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-I; e
- Fundo Administrativo: suportará as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes “Taxa de Carregamento” e “Taxa de Administração” definidas anteriormente.

## 8 PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2018, conforme discriminado abaixo:

- Participantes Ativos: 17,00% (dezessete por cento) do valor da suplementação projetada, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes e as patrocinadoras (folha de suplementação projetada), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I; e
- Participantes Assistidos: 11,30% (onze vírgula trinta por cento) do valor da suplementação efetivamente percebida, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes assistidos e as patrocinadoras (folha de suplementação), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I.

## 9 CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é importante ressaltar que o PB-I mantém um Fundo Previdencial que visa suportar o impacto econômico e atuarial provável de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação desse Fundo se fundamenta nas hipóteses econômicas / financeiras / demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando as probabilidades de ocorrências de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.





## 10 PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial do Plano de Benefícios I foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade que, após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações, foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros e métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do ano anterior.

Em relação à última avaliação atuarial, realizada em Setembro de 2016, houve alteração das premissas biométricas “Tábua de Mortalidade Geral” e “Tábua de Mortalidade de Inválidos”, tendo em vista os resultados dos testes de adequação/aderência que foram realizados (devidamente explicitados na correspondência MIRADOR 0821/2017). As Tábuas de Mortalidade Geral e de Inválidos adotadas na avaliação atuarial de setembro/2016 (AT-2000 Suavizada em 10% e MI-85, respectivamente), foram mantidas, porém, aplicadas de forma segregada por sexo (masculino e feminino).


Além disso, também houve alteração da premissa financeira “Taxa Real de Juros”, tendo em vista os resultados dos testes de adequação/convergência que foram realizados (devidamente explicitados na correspondência MIRADOR 0857/2017). A taxa utilizada na avaliação de 2017 foi de 4,40% a.a, enquanto a taxa utilizada na avaliação de 2016 foi de 4,75% a.a.

O plano em questão apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 142.803.921,38, equivalente a 18,12% das provisões matemáticas do plano estruturadas na modalidade benefício definido. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado em R\$ 52.622.686,98, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 195.426.608,36.

Face ao exposto neste parecer, informamos que o plano de benefícios se encontra em situação de equilíbrio técnico e apresenta nível de solvência positivo, conforme explicitado no item 4 deste parecer.

Este é, prezado senhor, o nosso parecer.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

  
Sérgio Rangel Guimarães  
Atuário MIBA 0743

  
Fabrício Kröpf Costa  
Atuário MIBA 2481



## PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II

MIRADOR 0218/2018

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2018

Ao  
 Ilmo Sr. Argus Ruy Guex de Oliveira  
 M.D. Diretor Presidente da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE  
 Rua Uruguai, 155/14º andar  
 Nesta Capital

Ref.: PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II (CV)

**1 OBJETIVO**

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios II (PB-II) gerido pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo "c" da Resolução CNPC nº 08/2011, bem como no artigo 2º da Instrução Normativa Previc nº 13/2014.

**2 BASE CADASTRAL**

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2017, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2017, encontravam-se cadastrados no PB-II:

Participantes	dez/17
Ativos	344
Participantes em BPD	1
Assistidos	13
<i>Aposentados</i>	1
<i>Pensionistas<sup>1</sup></i>	12
<b>Total</b>	<b>358</b>

<sup>1</sup> Há 4 benefícios de pensão concedidos e que estão sendo pagos para 12 beneficiários.

**3 METODOLOGIA DE CÁLCULO**

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o PB-II é classificado dentro da modalidade de Plano de Contribuição Variável, conjugando características de plano de contribuição definida - CD e de plano de benefício definido – BD. Os benefícios não programados (benefícios de risco), de renda por invalidez e de pensão foram estruturados sob o regime financeiro de

Repartição de Capitais de Cobertura. Já o benefício de auxílio doença foi estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples.

### 3.1 Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2017

- Taxa Real de Juros: 4,40% a.a.
- Parcela Previdencial: R\$ 4.168,19
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: não considerado
- Plano de Custeio vigente:
  - ✓ Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição
  - ✓ Patrocinadoras: Paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição.
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: 2,53% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.
- Taxa de Carregamento: 4% (percentual incidente sobre a soma das contribuições)
- Taxa de Administração: 0,60% (percentual anual incidente sobre os recursos garantidores)
- Taxa de Crescimento Real de Salários: não aplicável
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 (suavizada em 10%) segregada por sexo
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85 segregada por sexo
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE para fins de apuração dos custos dos benefícios de risco.

### 3.2 Testes de aderência das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2017 foram realizados os estudos de adequação das hipóteses (premissas) utilizadas no PB-II. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Crescimento de Salários/Benefícios, Composição Familiar e Taxa Real de Juros.

Os estudos de adequação das hipóteses (premissas) foram realizados em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, quando da realização de estudos técnicos de que tratam os itens 2.4 e 4.1 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e foram apresentados nas correspondências MIRADOR 0821/17 (hipóteses biométricas, demográficas e econômicas) e MIRADOR 0857/17 (Taxa Real de Juros).

### 3.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2017, houve a alteração das premissas relativas à projeção de mortalidade: ambas consideram as mesmas tábuas adotadas no exercício anterior (AT-2000 Suavizada em 10% e MI-85, respectivamente), porém segregadas por sexo (masculino e feminino). Além disso, houve alteração da Taxa Real de Juros do plano, adotando-se a taxa de 4,40% a.a. em substituição à 4,75% a.a., utilizada no exercício anterior.

## 4 SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

A situação financeira-atuarial do PB-II ao término do exercício social de 2017, mais precisamente na data base de 31/12/2017, é apresentada abaixo.

	(em R\$)
<b>Patrimônio de Cobertura</b>	<b>87.031.075,49</b>
Provisões Matemáticas	86.629.401,06
(+ Passivo Atuarial	86.629.401,06
<i>Benefício Definido (PMBC)</i>	<i>5.808.764,35</i>
<i>Saldos de conta (PMBaC)</i>	<i>80.820.636,71</i>
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	<b>401.674,43</b>
(+) Ajuste de Precificação	344.228,46
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	<b>745.902,89</b>

Conforme demonstrado no quadro acima, o plano apresenta, em 31/12/2017, um superávit técnico acumulado de R\$ 401.674,43, equivalente a 6,91% das provisões matemáticas do plano estruturadas na modalidade benefício definido. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado em R\$ 344.228,46, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 745.902,89.

Considerando o disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário do plano de benefícios deve ser destinado à constituição da Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios contratados em face de eventos futuros e incertos, até o limite calculado em função da duração do passivo do plano. No caso do PB-II, em que a duração do passivo é de 13,40 anos, em 31/12/2017, o citado limite é de 23,40% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido - BD, o que equivale a um limite de R\$ 1.359.250,86. Estando o resultado superavitário do PB-II abaixo desse limite, o superávit acumulado do plano deve ser integralmente contabilizado como Reserva de Contingência.

## 5 ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos investimentos do PB-II no exercício de 2017 foi de 14,16%, sendo que a rentabilidade líquida da taxa de administração e despesas diretas de investimentos foi de 13,35%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o PB-II deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida da Taxa Real de Juros do plano. Tal indicador, considerando a Taxa Real de Juros definida como meta na avaliação atuarial do exercício anterior (Setembro/2016), totalizou em 6,92%, o que significa dizer que a rentabilidade líquida auferida foi de 6,43 pontos percentuais acima desse indicador. Considerando ainda que no exercício de 2017 foi realizada a alteração da Taxa de Juros Real, de 4,75% a.a. para 4,40% a.a., e que o reflexo dessa alteração nas Provisões Matemáticas foi reconhecido na posição patrimonial do plano em 30.11.2017, sendo desde então adotada a nova taxa de juros real nos cálculos das Provisões, a meta atuarial ponderada para o exercício de 2017 resultou em 6,86%. Portanto, pode-se constatar que a rentabilidade líquida auferida no exercício ficou bem acima da rentabilidade necessária para manutenção do equilíbrio-técnico do plano, correspondendo a um atingimento de quase do que o dobro da meta estabelecida.

A rentabilidade dos investimentos acima da meta atuarial pode ser explicada pelos seguintes fatores: 89,8% do resultado adveio do mercado de taxas de juros marcadas a mercado, a posição aplicada em títulos indexados à inflação marcou na curva contribuiu 0,3% do resultado, a exposição juros pós fixados, por 5,6%, e as aplicações em renda variável, por 2,6% do resultado. Por fim, acrescenta-se os investimentos realizados pela Entidade em fundos de participação, imóveis e empréstimos a participantes que, somados, contribuíram com aproximadamente 1,7% do resultado dos investimentos.

## 6 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2017 as despesas administrativas do PB-II totalizaram R\$ 600.573,73, que corresponde a 0,64% dos recursos garantidores do plano no dia 31/12/2017. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do plano. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do PB-II se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

## 7 FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-II. Em 31/12/2017, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.322.999,93. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-II adote em 2017 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 4% (quatro por cento) dos valores das receitas contributivas vertidas ao PB-II;

- Taxa de Administração: indica-se a redução da taxa de administração, de 0,6% a.a. para 0,50% a.a (zero vírgula cinquenta por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-II; e
- Fundo Administrativo: suportará as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes “Taxa de Carregamento” e “Taxa de Administração” definidas anteriormente.

## 8 PLANO DE CUSTEIO

Recomenda-se a adoção do seguinte plano de custeio para o exercício de 2017:

- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição;
- Patrocinadoras: paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição; e
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: tendo vista o resultado apurado na avaliação atuarial, será equivalente a 2,53% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.

## 9 FUNDOS PREVIDENCIAIS

Além dos aspectos já citados, é importante ressaltar que o PB-II mantém um fundo previdencial denominado “Fundo de Benefício de Risco”, formado a partir das contribuições normais dos Patrocinadores para este fim e que se destina a suprir parte dos recursos necessários ao pagamento dos benefícios de risco, no valor de R\$ 4.784.168,06, em 31/12/2017, e um fundo previdencial denominado “Fundo de Variações Atuariais”, formado por eventuais sobras das contas individuais e que tem por objetivo suprir insuficiências decorrentes dos riscos atuariais, no valor de R\$ 1.246.197,45 em 31/12/2017.

## 10 PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial do Plano de Benefícios II foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade que, após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações, foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros e métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do ano anterior. Em relação à última avaliação atuarial, realizada em Setembro de 2016, houve alteração das premissas biométricas “Tábua de Mortalidade Geral” e “Tábua de Mortalidade de Inválidos”, tendo em vista os resultados dos testes de adequação/aderência que foram realizados (devidamente explicitados na correspondência MIRADOR 0821/2017). As Tábuas de Mortalidade Geral e de Inválidos adotadas na avaliação atuarial de setembro/2016 (AT-2000 Suavizada em 10% e MI-85, respectivamente), foram mantidas, porém, aplicadas de forma segregada por sexo (masculino e feminino). Além disso, também houve alteração da premissa financeira “Taxa Real de Juros”, tendo em vista os resultados dos testes de adequação/convergência que foram realizados (devidamente



explicitados na correspondência MIRADOR 0857/2017). A taxa utilizada na avaliação de 2017 foi de 4,40% a.a, enquanto a taxa utilizada na avaliação de 2016 foi de 4,75% a.a.

O plano em questão apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 401.674,43, equivalente a 6,91% das provisões matemáticas do plano estruturadas na modalidade benefício definido. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado em R\$ 344.288,46, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 745.902,89.

Face ao exposto neste parecer, informamos que o plano de benefícios se encontra em situação de equilíbrio técnico e apresenta nível de solvência positivo, conforme explicitado no item 4 deste parecer.

Este é, prezado senhor, o nosso parecer.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.



Sérgio Rangel Guimarães  
Atuário MIBA 0743



Fabrício Krapf Costa  
Atuário MIBA 2481

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE  
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.

Conselheiros e Diretores da

**FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**

Porto Alegre/RS

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**a) Ajuste de Precificação**

**a.1) Plano de Benefícios I - BD**

Chamamos a atenção para a Nota 5.3.4, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios I - BD. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados

Página 1 de 4

Exacto Auditoria

Rua Dona Laura, 228, 3º andar, CEP 90430-090, Porto Alegre, RS, Brasil

Fone: +(55) (51) 3331.2466 Fax: +(55) (51) 3331.2207

PORTO ALEGRE, RS SÃO PAULO, SP VITÓRIA, ES

exacto@exacto.com.br

www.exacto.com.br





considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2017, apresentou resultado positivo de R\$52.623 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**a.2) Plano de Benefícios II - CV**

Chamamos a atenção para a Nota 5.3.4, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios II - CV. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2017, apresentou resultado positivo de R\$344 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos**

As demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 01 de março de 2017, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, com ênfase sobre os mesmos assuntos do parágrafo de ênfase acima.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de emissão do nosso relatório, não havíamos recebido o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, em virtude de o mesmo não estar concluído, visto que depende inclusive de manifestação desta auditoria, pelo que nada temos a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles





internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



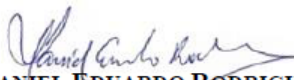


- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 06 de março de 2018.

**EXACTO AUDITORIA S/S**  
CRC RS-001544/O-3

  
**DANIEL EDUARDO RODRIGUES**  
CONTADOR CRC RS-30361

#### Exacto Auditoria

Rua Dona Laura, 228, 3º andar, CEP 90430-090, Porto Alegre, RS, Brasil  
Fone: +(55) (51) 3331.2466 Fax: +(55) (51) 3331.2207  
PORTO ALEGRE, RS SÃO PAULO, SP VITÓRIA, ES

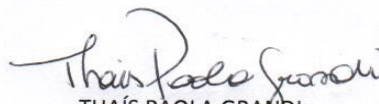


## PARECER DO CONSELHO FISCAL

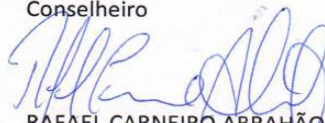
**PARECER DO CONSELHO FISCAL**


Os membros do Conselho Fiscal da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, após o exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2017 e demais Demonstrações Contábeis, embasados nos Pareceres Atuariais da MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA e no Relatório sobre as Demonstrações Contábeis da EXACTO AUDITORIA S/S, bem como nas informações, dados e documentos apresentados pela Diretoria Executiva da Fundação, declaram que os elementos oferecidos apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ISBRE em 31/12/2017, razão pela qual, são de parecer que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Porto Alegre, 15 de março de 2018.

  
THAÍS PAOLA GRANDI  
Presidente

  
FABIANO MEASSI  
Conselheiro

  
RAFAEL CARNEIRO ABRAHÃO  
Conselheiro

  
CLAITON EVEIR SCHMIDT  
Conselheiro

## PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO



## PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, em cumprimento ao que estabelece o artigo 24, item VII, do Estatuto Social, com base no Parecer do Conselho Fiscal do ISBRE, emitido na data de 15 de março de 2018, aprovam o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano – DPT, por Plano de Benefícios, e a Prestac o de Contas do Exercício Social de 2017.

Porto Alegre, 20 de março de 2018.

*André Lopes Falcão*  
 ANDRÉ LOPES FALCÃO  
 Conselheiro

*Lisiane Maldaner A. de Limas*  
 LISIANE MALDANER A. DE LIMAS  
 Conselheira

*Tarcísio Jaime Herdt*  
 TARCÍSIO JAIME HERDT  
 Presidente do Conselho

*Marisa Marques de Toledo Camargo*  
 MARISA CAMARGO  
 Conselheira

*Werner Tschoeke*  
 WERNER TSCHOEKE  
 Conselheiro

**ISBRE**  
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR



*40 anos de dedicação a você!*

Rua Uruguai, 155 | Conj. 1401 | CEP: 90.010-140 | Porto Alegre/RS  
Fone: (51) 3227.3100 | 3014.8700 – Fax: (51) 3227.3309 | 3014-8705  
Site: [www.isbre.com.br](http://www.isbre.com.br) | E-mail: [isbre@isbre.com.br](mailto:isbre@isbre.com.br)